

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO SUBVERSIVO .....	5
2.1. A manobra subversiva .....	6
2.2. O ritmo subversivo .....	8
2.3. O fenómeno subversivo na actualidade.....	10
2.3.1. A subversão e o crime organizado transnacional .....	13
2.3.2. As guerras civis, a luta urbana e o terrorismo .....	14
2.3.3. As democracias e a subversão .....	16
2.3.4. Os móveis da subversão na actualidade .....	17
2.3.5. As tipologias subversivas .....	19
3. A MANOBRA CONTRA-SUBVERSIVA E AS SUAS INTEGRANTES .....	22
3.1. A manobra político-diplomática.....	25
3.2. A manobra sócio-económica .....	29
3.3. A manobra psicológica.....	32
3.4. A manobra de informações .....	35
3.5. A manobra militar .....	37
4. CONTRIBUTOS NACIONAIS PARA UMA ESTRATÉGIA CONTRA-SUBVERSIVA. ...	41
4.1. A experiência portuguesa nas campanhas de África (1961-1974).....	41
4.1.1. A manobra político-diplomática.....	42
4.1.2. A manobra sócio-económica .....	43
4.1.3. A manobra psicológica.....	46
4.1.4. A manobra de informações .....	50
4.1.4.1. A estrutura organizacional .....	50
4.1.4.2. As informações e os estudos sobre as populações. ....	52
4.1.5. A manobra militar .....	55
4.2. A experiência portuguesa nas operações de paz .....	58
5. CONCLUSÃO .....	62
BIBLIOGRAFIA E FONTES .....	66

## **1. INTRODUÇÃO**

A entrada no terceiro milénio continua cheia de incertezas, sendo evidentes as mudanças profundas da conjuntura internacional. Com a implosão a Leste, a ameaça que estava bem definida desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de focos de convulsão regionais e múltiplos radicalismos. A instabilidade é igualmente criada pelos novos tipos de ameaças, algumas já hoje manifestas, de que os trágicos acontecimentos de Nova Iorque, Madrid e Londres, são o paradigma.

A actual conjuntura internacional, onde o papel do Estado soberano está em crise, também se caracteriza pela flexibilização do conceito de fronteira e pela aceitação de situações de cidadanias múltiplas e de governança partilhada. Este cenário facilita o crescimento e o disseminar da violência internacional não-estatal, deixando as guerras de obedecer à concepção típica de matriz clausewitziana, do anterior sistema internacional. Hoje, a violência global que é permanente, manifesta-se sobretudo de uma forma assimétrica, não tem uma origem clara, pode surgir em qualquer lugar e apresentar um cariz subversivo.

O nosso estudo, que se intitula a “Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais”, parece-nos assim de inegável interesse, pois procura não só descrever e analisar a conflitualidade associada ao fenómeno subversivo na actualidade, como identificar os contributos que no presente Portugal pode dar para uma estratégia contra-subversiva.

### **Definição do problema e metodologia**

O título do nosso estudo sugere-nos logo à partida uma questão fundamental: Como se caracteriza o fenómeno subversivo na actualidade e como se posiciona Portugal nesse processo?

Por sua vez, esta questão sugere três perguntas secundárias:

- Qual a dimensão temporal do fenómeno subversivo?
- Como se articula a estratégia contra-subversiva na actualidade?
- Como poderá Portugal contribuir para uma estratégia contra-subversiva?

O propósito do presente trabalho de investigação insere-se na construção de um modelo de análise que recorre a uma multi-metodologia, que procura encontrar respostas para todas as perguntas formuladas, emergindo necessariamente hipóteses, que mais não são do que a

antecipação de uma relação entre um fenómeno e um conceito capaz de o explicar, uma resposta provável, hipotética e provisória. Assim, neste estudo equacionamos as seguintes hipóteses:

- A subversão é um “velho” fenómeno político com manifestações intemporais e que afecta a soberania dos Estados;
- A articulação da estratégia contra-subversiva na actualidade requer uma acção coordenada e muito estreita entre as autoridades civis, autoridades militares e as populações;
- Portugal, face à sua experiência histórica no combate à subversão, pode contribuir para uma estratégia contra-subversiva.

Para a concretização do objectivo proposto nesta investigação, tivemos presente que a Estratégia, pela pluralidade de perspectivas que podem ser chamadas a integrar temática que daquela Ciência se reclame, determina o recurso a outras áreas das Ciências Sociais como a Sociologia, o Direito, as Relações Internacionais, a História e a Geopolítica. Esta confluência possibilitará, em nossa opinião, uma maior precisão do campo de trabalho e maior nitidez quanto ao desenvolvimento do nosso plano.

### **Definição de conceitos**

As agora generalizadamente chamadas subversão e guerra subversiva, são fenómenos cuja origem se perde na História, tendo sido teorizados desde a Antiguidade por pensadores como T'ai Kung (2003) e Sun Tzu (1974), surgindo as primeiras análises sistemáticas apenas na segunda metade do século XVIII, com Jean de Folard (1730) e Augustin Grandmaison (1756), no século XIX, com Le Mière de Corvey (1823), Carl Von Clausewitz (1976), Marechal Lyautey (1933) e, no século XX, com Lettow-Vorbeck (s.d.), Thomas Edward Lawrence (2004), Mao Tse Tung (1972), Nguyen Giap (1972) e Amílcar Cabral (1974), entre tantos outros.

São inúmeros os conceitos que podemos encontrar para a definição de subversão, todos eles referindo uma intenção de alteração da ordem e do Poder vigentes, ou mesmo a sua conquista. Nós defini-la-íamos como uma técnica de “assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o Poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo” (Garcia, 2000, p. 78).

Existe uma confusão frequente entre o conceito de subversão e o de guerra subversiva. A subversão, como aqui a definimos, nem sempre conduz à guerra subversiva, mas temos por certo

que a antecede ou que a acompanha. Esta é a mais hábil e sofisticada forma de conflito (Collins, 2002, p. 167) e consiste numa “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção” (EME, 1966 a, cap. I, p. 1).

A guerra subversiva, que se inicia antes de se evidenciarem as suas manifestações violentas, subordina-se, em regra, a uma ideologia política de um grupo organizado, que actua conscientemente, com planeamento, preparação e conduta na actuação contra o Poder estabelecido (legítimo ou de ocupação), não sendo uma acção espontânea e descoordenada da população. Os meios (violentos ou não, legais ou não) para a levarem a cabo são avaliados pela eficácia e pelo seu valor relativamente ao fim em vista, materializando a população o seu centro de gravidade (objectivo, meio e instrumento) (EME, 1966 a, cap. I, p. 2; Couto, 1989, p. 212 e Alves, 1992, p. 151).

Na diferente literatura da especialidade consultada para a elaboração deste estudo, são frequentemente empregues expressões que se podem confundir com os de subversão e guerra subversiva adoptados por nós. Entre essas expressões figuram as seguintes: guerra revolucionária, guerra insurreccional e guerrilha.

Segundo Franco Pinheiro, a guerra revolucionária, sendo certo que incorpora os conteúdos conceptuais da guerra subversiva, caracteriza-se por ser conduzida nos pressupostos do marxismo-leninismo e pretender, em última análise, a implantação do comunismo, utilizando uma amplitude de meios e processos que vão da guerra convencional à guerra subversiva, ou simples aspectos de guerra-fria. Ou ainda, o mero esquema de agitação/propaganda (1963, p. 21). Guerra revolucionária significa igualmente a transformação da luta em revolução, já que uma vez destruída a sociedade velha, através de um sistema de educação revolucionária, emergirá um “Homem novo”.

Guerra insurreccional confunde-se com o conceito de guerra interna, sendo “uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder político constituído” (EME, 1966 a, cap. I, p.4). De acordo com esta definição, diferencia-se da guerra subversiva por não ser conduzida obrigatoriamente pela população civil.

O conceito de guerrilha corresponde a uma tática adoptada, uma forma de levar a cabo a subversão armada que emprega determinado tipo de meios e processos com um carácter restrito, na realização de operações militares. A guerra subversiva trava-se, em regra, no plano militar, sob a forma de guerrilhas.

Parece-nos oportuno esclarecer que inserimos a subversão num conceito alargado e abrangente, integrador de diversos outros conceitos, razão pela qual daqui em diante, referiremos indistintamente, guerra subversiva/guerra revolucionária/guerra insurreccional, pois todas elas se desenvolvem em ambiente subversivo e empregam técnicas comuns para obter o controlo político do Estado ou simplesmente para desgaste do Poder instituído. Neste sentido, e porque as guerras subversivas combinam as diversas formas de violência (da militar, à das vontades, passando pela pressão económica e pela diplomacia), são uma guerra política na expressão de Paul Smith (1989, p. 3), ou, na linha clausewitziana, também elas continuam a política por outros meios (1976, p. 87), uma vez que através de uma estratégia total, pretendem, em última análise, a implantação de um novo sistema político ou, no mínimo, o desgaste do vigente, pela prática de um desenvolvimento lento, de guerra prolongada e de esgotamento da ordem constituída. Isto significa que recorrem a outros meios, para além dos políticos, para alcançarem os objectivos políticos pretendidos.

### **Estrutura Geral**

Procurando responder ao desafio que nos foi proposto, articulámos o nosso estudo em três partes distintas mas interrelacionadas. Na primeira parte descrevemos o fenómeno da subversão e a sua evolução na actualidade, quais os seus móveis e as suas tipologias; posteriormente a temática centra-se na resposta que deve ser equacionada aos diferentes níveis para fazer face à subversão e, por último, na terceira parte efectuamos o estudo de caso de Portugal numa longa luta contra-subversiva para, à luz dessa experiência histórica e da recente actuação em missões de paz, se conseguirem identificar os contributos nacionais para uma estratégia de contra-subversão na actualidade.

A nossa investigação baseia-se essencialmente na pesquisa monográfica e em publicações em série. Privilegiámos ainda a análise da documentação legislativa e oficial, e explorámos vários documentos inéditos existentes em diversos fundos documentais, quer do Exército quer do Estado-Maior General das Forças Armadas. Tivemos ainda oportunidade de complementar o nosso estudo recorrendo a depoimentos de diversas personalidades especialista na matéria que tivemos a oportunidade de entrevistar.

A investigação científica em sentido lato requer, para constituir ciência, resposta a uma série de requisitos como a sistematização dos dados, a credibilidade dos resultados e a aceitabilidade pela comunidade científica. Requisitos que procuramos cumprir com este nosso estudo.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO SUBVERSIVO

A subversão é um fenómeno progressivo que visa um Poder, político ou no interior de uma instituição qualquer que interesse controlar ou dominar, “alargando-se para o efeito a todos ou a parte dos aderentes desse Poder e exprimindo deste modo a luta entre o grupo subversivo e a autoridade a abater” (Alves, 1992, p. 151). Pode ter como objectivos políticos a criação de uma nova sociedade, a simples modificação do regime existente, a substituição das autoridades que exercem o Poder ou a modificação de políticas do antecedente (Couto, 1989, p. 215). A escolha desses objectivos deve ter em conta as tendências psicológicas da altura assim como as vulnerabilidades do adversário e dos parceiros a utilizar (Beaufre, 2004, p. 124).

Empregando ou não métodos violentos, a subversão como técnica que visa não só desgastar e eventualmente conquistar o Poder como também atingir subtilmente a opinião pública, utiliza os conhecimentos das leis da psicologia e da psicossociologia, no bom uso das doutrinas de Tchakotine, para quem a violação psíquica se faz sem que a isso nada se oponha (1992, p. 568). A ruína do Estado ou a destruição do inimigo é alcançada por vias distintas e radicalmente diferentes das da guerra convencional e da revolução. O exército inimigo (In) cessará o combate porque estará completamente desmoralizado e doente como resultado do desprezo que o rodeia. Qualquer tentativa de restabelecimento do *statu quo ante* será uma actuação no vazio e o Poder deposto, em virtude da sua própria porosidade, partirá só, sob o olhar indiferente da população (Muchielli, 1976, p. 9).

Baseada na exploração de problemas ou contradições evidentes de natureza social, ideológica, política, religiosa, racial, económica, geográfica ou mesmo exógena, (Couto, 1989, p. 219 e CECA, 1990, p. 54 - 57), susceptíveis de conquistar a adesão de variados sectores da população, a subversão pode surgir em qualquer tipo de sociedade e apresentar-se como uma proposta e/ou alternativa para a resolução desses problemas ou contradições (Beaufre, 1972, p. 50).

O facto de existirem problemas reais e contradições em determinadas sociedades não é sinónimo da existência de subversão, embora aqueles sejam propícios a esta. É no entanto necessário um agente catalisador que desperte as consciências para tais problemas, ampliando-os, se preciso, vencendo a tendência das massas para o conformismo e outros factores de inércia. Porém, devemos distinguir entre condições/factores favoráveis e causas. As primeiras serão genéricas; as causas, pelo contrário, são particulares, dinâmicas e adaptáveis (Galula, 1964, p. 19-20). Apesar de assentes em factores propícios comuns, cada situação deve ser estudada de *per si*. A exploração das causas que devem ser simples, inspiradoras e convincentes (Laqueur, 1984,

p. 377), a persistência, a atitude humilde, a actuação psicológica e a actividade de Informações, se bem geridas permitirão, a seu tempo, obtenção de frutos (Alves, 2005).

A estratégia da subversão é total, actua ao nível interno/externo através de uma manobra indirecta e por lassidão, não necessitando de travar batalhas decisivas, materializando o cúmulo da perícia de Sun Tzu, "subjugar o inimigo sem o combater" (1974, p. 165).

Na subversão não há *blietzkriegs*, o seu alastrar é lento e, procurando convencer da sua razão e equidade e do inverso quanto à contra-subversão, absorve, como o fenómeno do mercúrio derramado, a população, que é o seu factor de sucesso determinante. Assim, procurando controlar áreas territoriais e preservar, sob seu controlo, as populações fidelizadas, desgastando ao mesmo tempo as restantes e os meios da contra-subversão, dirige-se ao seu objectivo final: a capitulação da autoridade. Garantida a mobilidade, a segurança (na forma de negação de alvos ao inimigo), o tempo e a doutrina, a vitória ficará com a subversão (Lawrence, 1920, p. 69).

## **2.1. A manobra subversiva**

A subversão recorre a um conjunto de técnicas destrutivas e construtivas, que Cabral Couto sistematizou em: técnicas de organização, que são a estrutura da subversão (basta uma pequena minoria para criar um clima de instabilidade)<sup>1</sup>; técnicas de acções gerais (psicológica, politica externa e de informações) que se destinam a apoiar de forma permanente a globalidade da luta e, por último, as técnicas de acções especiais (agitação, flagelação e acção militar clássica) que se referem à luta em si (1989, p. 232), e têm um ritmo próprio de desenvolvimento onde estas técnicas são empregues. Esta sistematização servirá de base para a nossa análise da manobra subversiva que não se dirige apenas ao domínio restrito dos objectivos definidos, "mas, pelo contrário, têm incidência sobre todos os domínios em que possa encontrar ideia ou bem material que lhe facilite o caminho para esse objectivo" (Alves, 1992, p. 151).

A manobra subversiva, tal como a guerra entendida por Clausewitz, destina-se a "forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade" (1976, p. 73). Contudo, os processos da guerra serão sempre violentos, ao passo que os da subversão podem nem sempre recorrer à violência física, mas apenas à manipulação frequentíssima das vontades, ou seja, as técnicas da guerra subversiva "ne se bornent pás à faire apparaître une volonté populaire préexistante, elles sont susceptibles, en maintes circonstances, de la créer" (Aron, 1988, p. 685).

Podemos considerar que o enquadramento colectivo e a preparação psicológica são a base de toda a manobra subversiva (Pinheiro, 1963, p. 30), sendo o primeiro fundamental para a

---

<sup>1</sup> Thomas Edward Lawrence que contribui em muito para o entendimento da guerra subversiva referiu que a rebelião pode ser feita por 2% de uma força activa e por 98% de simpatizantes pacíficos (1920, p. 69).

mobilização da opinião pública, tarefa que, uma vez concretizada, permitirá, através de uma correcta acção psicológica, operar a transferência de universo político/ideológico.

A manobra de acção psicológica deve ser interna e externa. A primeira visa persuadir a população, desenvolver o moral dos militantes, doutrinar as massas substituindo a hierarquia de valores, restringindo a liberdade de acção do adversário e procurando desgastar e desagregar as forças de contra-subversão; externamente procura isolar o adversário e criar/promover um clima favorável à subversão (Couto, 1989, p. 236).

Neste tipo de guerra onde os êxitos são sobretudo psicológicos, as palavras, as ideias e as percepções desempenham um papel importante, sendo a melhor propaganda uma operação militar vitoriosa (Laqueur, 1984, p. 331). Nas guerras subversivas não podem existir vocábulos apolíticos ou neutrais. As próprias palavras são armas empregues para isolar e confundir o adversário, motivar amigos e atrair indecisos (Shy e Collier, 1986, p. 821); a doutrinação das populações deve conseguir, por um lado, uma atitude permanentemente hostil face aos invasores e, por outro lado, a protecção e apoio aos guerrilheiros (Giap, 1972, p. 69).

A população nestas guerras serve de apoio, fornecendo os elementos para a luta e permitindo a circulação despercebida do agente subversivo. Nesta ordem de ideias, para além da sua simpatia, a subversão carece da sua cumplicidade.

Os movimentos subversivos, em certas regiões, podem colocar as populações sob uma das seguintes situações, conforme a evolução da estabilidade desses grupos populacionais em relação às áreas controladas pelas Forças Armadas ou pelas Autoridades Administrativas: controlo por parte da subversão; controlo por parte da contra-subversão; controlo duplo, ou seja, controlo diurno por parte da contra-subversão e nocturno por parte da subversão ou o inverso.

Clausewitz tinha já desenvolvido considerações sobre o Povo na guerra, mais propriamente sobre a problemática de armar o Povo (*Landsturm*), afirmando que essa acção conduziria à ruína “as bases do exército inimigo tal como uma combustão lenta e gradual” e que, como esta, “exige tempo para produzir efeitos” (1976, p. 578). O Povo, não podendo entrar no combate decisivo, podia e devia, portanto, atacar as áreas de retaguarda e as linhas de comunicações (1976, p. 581).

Para Debray a incorporação do Povo na guerra deve ser progressiva, permitindo à vanguarda combatente escapar ao esgotamento ou ao aniquilamento. Essa incorporação permite a extensão do combate em todas as suas modalidades (1977, p. 129). A subversão ou se implanta profundamente entre as massas populacionais numa região precisa, ou vê-se condenada, num prazo mais ou menos curto, a desaparecer (1977, p. 149-150). Assim, as massas “devem ser convencidas antes de ser directamente envolvidas na luta” (1975, p. 33). Este objectivo deve ser conseguido pelo trabalho de agitação e de propaganda.

A manobra de política externa procura maximizar a liberdade de acção e dos apoios, que procura entre outras unidades políticas e Organizações Internacionais (OI) (Couto, 1989, p. 239).

O apoio que é prestado por diversas fontes e sob variadas formas, desempenha um importante papel na manutenção e sustentação de movimentos subversivos. Podem surgir apoios de Estados vizinhos, de diásporas, de guerrilhas exteriores, de refugiados, de organizações religiosas, de personalidades com fortuna pessoal e inclusive de grupos activistas de direitos humanos. Os motivos de apoio são variados. Os Estados são mais motivados por questões geopolíticas do que por afinidades étnicas, ideológicas, ou religiosas. Em contraste, as diásporas apoiam sobretudo por motivos étnicos e os refugiados são normalmente motivados pelo desejo de regressar a casa e restaurar as suas vidas e da sua nação em determinado território (Byman, 2001, p. XIV).

As formas de apoio vão do político nos “fora” internacionais e junto das grandes potências, ao simples encorajamento para a subversão do Poder, passando pelo tradicional apoio financeiro, material, de *intelligence*, acabando no santuário, no treino ou mesmo em apoio militar directo.

## **2.2. O ritmo subversivo**

No desenvolvimento clássico do fenómeno subversivo, em princípio distinguem-se dois períodos e cinco fases, de limites mal definidos, frequentemente indistinguíveis. São eles: o período pré-insurreccional, que compreende a fase preparatória e a fase de agitação, e o período insurreccional, que compreende a fase armada (de terrorismo ou guerrilha), a de Estado Revolucionário e a fase final. O seu valor é relativo pelo que os conflitos devem ser estudados casuisticamente; a implantação das mesmas fases pode não ser simultânea na totalidade do território-alvo; procurando, em todo o caso, respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição do período pré-insurreccional para o insurreccional (Oliveira, 1963, 24-26).

Assim, normalmente, no período pré-insurreccional, em segredo, numa organização ainda embrionária, a manobra é estudada e planeada. Na primeira fase, o movimento subversivo deve compreender um órgão de direcção e alguns elementos para enquadrar a população, outros para ligações e recolha de informações e outros ainda para acções de agitação/propaganda. Através da propaganda a subversão difundirá ideias-força e com notícias tendenciosas procurará remeter a contra-subversão para uma atitude defensiva e de justificação (Couto, 1989, p. 237).

Ao se passar para a fase de agitação ou de criação do ambiente subversivo, ainda se permanece na clandestinidade; todavia, como os resultados começam a ser visíveis, abandona-se o segredo e desencadeiam-se intensas acções de propaganda que, segundo Hitler, devem preceder o desenvolvimento da organização, conquistando, assim, o material necessário (1987, p. 445).

A agitação integra, com grande frequência, a técnica do *entrismo*<sup>2</sup> da propaganda de agitação, com o propósito de “ganhar” o apoio dos neutros, elevar o moral entre os subvertidos e seus apoiantes, minar a confiança no Poder instituído e enfraquecer o moral das suas forças. A propaganda de agitação está ligada à ideia de revolução como levantamento popular contra um poder opressivo ou repressivo, ideia que procura empolar ou canalizar os descontentamentos, modificá-los em indignação e cólera, transformando-os rapidamente em agressão àqueles que são considerados os responsáveis da situação insustentável (Muchielli, 1976, p. 23).

Nesta fase fomentam-se perturbações da ordem, procura-se levar as massas populacionais ao desafio da autoridade (Couto, 1989, 241-242) e cria-se um clima de medo, visando a desmoralização do Poder, o descrédito e desprestígio da autoridade, “a ruptura aberta no tecido social, através da organização de contradições entre as hierarquias estabelecidas e da constituição de forças polarizadoras paralelas; o facto consumado do levantamento, com ou sem o recurso ao confronto armado, mas procurando, na hipótese afirmativa, prolongar as situações de “contacto” das Forças Armadas regulares com a massa popular, para naquelas criar a “má consciência” e, por fim, a desobediência aos altos comandos e seu conseqüente colapso” (Monteiro, 1993, p. 24).

A organização é reforçada, os sistemas de infiltração e de informação são consolidados. O *status quo*, como veremos no próximo capítulo, encontra aqui o seu período crítico: ou responde eficientemente ou já não controla a evolução dos acontecimentos na generalidade, apesar de os poder controlar pontualmente, em determinados aspectos ou situações.

A fase armada, de violência declarada da subversão, que assenta numa manobra de flagelação (feita através de acções de sabotagem, terrorismo ou guerrilha, rural e urbana) (Trinquier, 1968, p. 105-109; Delmas, 1972, p. 81-90), aparece já no segundo período, o insurreccional. Aqui, a activação de “grupos-chave” é simultânea com a guerrilha, que emerge como técnica de tomada do Poder e, se necessário ou útil, usa o acto do terror. A guerrilha sobrevive devido à sua grande mobilidade e maleabilidade, sem dúvida, mas sobretudo, devido ao apoio das populações, procurando actuar no seio do Povo como o peixe na água, para usar o princípio de Mao Tse Tung (1972, p. 145), para quem a essência da guerrilha assentava em seis princípios: iniciativa, flexibilidade e plano na condução de uma acção ofensiva durante a guerra defensiva; coordenação com a guerra regular; criação de bases de apoio, defensiva estratégica e ofensiva estratégica; desenvolvimento da guerra de guerrilhas em guerra de movimento; relações justas de comando, aos quais Beaufre acrescenta o dissuadir a população de informar, através de um terrorismo sistemático, e, do alargar ao máximo, em superfície, a ameaça da guerrilha, sem no entanto incitar o inimigo a recuar, mas sim a empenhar cada vez mais meios (2004, p. 127).

---

<sup>2</sup> Infiltração metódica e planeada nas estruturas essenciais do Poder a derrubar.

A subversão armada, através das suas actuações, que na maioria das vezes são espectaculares, procura instaurar o “clima psicológico”, fomentar a agitação geral, mantendo a excitação emocional e, se possível, a anarquia, tentando também por vezes provocar a reacção repressiva, criando mártires e preparando a subversão para provocar a unidade defensiva dos grupos visados. Esta é uma forma de se legitimar, aumentar a adesão e perpetuar a sua aceitação.

Tais situações, se retransmitidas ampliadamente pelos *media* numa engenharia de opinião (Chomsky, 1997, p. 25-29), podem criar a convicção pública de que, na generalidade, o Poder é impotente, que a guerrilha atingiu a impunidade e que aquele, além de opressivo, é repressivo.

Esta fase é decisiva, dado que, de certa forma, coloca já a subversão armada em superioridade sobre as forças da ordem constituída. Consolida-se a organização, intensificam-se e generalizam-se as acções violentas, neutralizam-se as instituições, completa-se o estabelecer de estruturas político-administrativas e procura-se dominar algumas áreas do território.

Numa quarta fase os movimentos insurreccionais concorrem com o Poder, pois improvisam escolas e hospitais, aplicam a justiça e reclamam a existência de áreas libertadas, alegando que o território e a população estão cingidos pela sua organização político-administrativa. Esta fase pode ser designada por “Estado Revolucionário”; nela, a guerrilha esforça-se normalmente por ter uma conduta idêntica à de força regular e tende com alguma frequência a invocar o estatuto de “Alta Parte Contratante” no quadro do desafio que formula ao Poder instituído, procurando, assim legitimar-se. Por fim, a máquina subversiva acciona um exército que procurará, a partir de bases, dominar todo o território, recorrendo já a operações convencionais; durante o desencadear desta fase, reclamar-se-á frequentemente o direito ao estatuto de combatente, nos termos previstos nas Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais.

### **2.3. O fenómeno subversivo na actualidade.**

Num mundo marcado pela volatilidade identitária (Badie, 2001, p. 71), as zonas de interesse estratégico fundamentais alteraram-se e, passaram a ser aquelas que são capazes de exportar a sua própria instabilidade (Ramonet, 2001, p. 56) e as guerras deixaram de obedecer ao modelo clausewitziano. São guerras fundamentalmente acerca das pessoas (Holsti, 1996) que para além dos Estados envolvem múltiplas organizações de um novo tipo que se opõem entre si. Conforme a circunstância, qualificamos os seus agentes como bandidos, terroristas, senhores da guerra, guerrilheiros, mercenários ou milícias. Estes não representam um Estado, não obedecem a um governo e possuem uma capacidade e um impacto desestabilizador em regiões do planeta muito específicas (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003, p. 360).

O processo que está em curso segundo Van Creveld é progressivo, irregular e caótico (1998, p. 249), considerando alguns autores que o mundo está a enfrentar uma situação de neo-medievalismo (Berzins e Cullen, 2003), ou mesmo um eventual regresso ao primitivo (Kaldor, 2001), favorecendo o falhanço do Estado e o crescimento da violência internacional não-estatal, em casos extremos, privatizada (Kaldor, 2001, p. 91-96). Para Herfried Munkler passou a haver uma desmilitarização da guerra, no sentido em que os objectivos civis não se distinguem dos militares e a violência extrema é exercida contra não combatentes e sobre todos os domínios da vida social (2003, p. 18), em que se usam profusamente crianças soldado (Singer, 2005, p. 7), sendo também normal a generalização da violação do direito aplicável aos conflitos armados, bem como do regime de protecção dos direitos humanos.

As formas de barbárie que não aparecem desprovidas de funcionalidade, permitem assegurar a fidelidade dos participantes e criam uma cumplicidade do crime, de afirmação de uma identidade colectiva face ao In, de exercer sobre ele um terror cruento, dificultando a sua resistência pela imprevisibilidade e arbitrariedade das represálias e da sua crueldade (Sémelin, 2000, p. 124). No fundo, a violência ascendeu aos extremos a que Clausweitz se referia (1976, p. 75), e o que separa a guerra da selvajaria é a existência da honra do guerreiro (Ignatieff, 1998, p. 157).

Tendo em consideração que os actores deste tipo de conflito são outros, também o seu carácter teve que evoluir: São guerras irregulares, estrutural ou temporariamente assimétricas, sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem santuários, sem pontos de apoio, sem respeito pelos limites territoriais, de objectivos fluidos, de combate próximo, estando os combatentes misturados com a população que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca. Os seus “pontos fortes” estão na inovação, na surpresa e na imprevisibilidade, em que os fins justificam os meios, empregando por vezes o terror, onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. Estas guerras hoje não são apenas mais comuns do que no passado mas são também estrategicamente mais importantes e desenvolvem-se em ambiente operacional de cariz subversivo.

As actuais guerras com cariz subversivo são referidas por outros autores como de quarta geração (Hammes, 2004), de debilitação nacional (Gelb, 1994), guerras pós-modernas (Luttwak, 1995; Ignatieff, 1998 e Cooper, 2004), ou mesmo, como adianta Mary Kaldor, por guerras novas (2001). No seu desenvolvimento utilizam todas as formas de coacção disponíveis (política, económica, psicológica e militar) para convencerem os líderes políticos adversários que os seus objectivos são inatingíveis ou muito caros para os benefícios esperados (Hammes, 2004, p. 2), provocando consequências no sistema internacional como um todo.

Nestas guerras as maiores vítimas são os civis inocentes que representam mais de 90% das baixas (Pearson e Rochester, 1997, p. 306) das quais, na última década, 2 milhões eram crianças, numa média de uma em cada três minutos (Singer, 2005, p. 4-5), constituindo-se acima de tudo no principal objectivo.

Pela descrição feita até ao momento, podemos considerar o fenómeno subversivo como intemporal; e, tal como Clausewitz o fez em relação à guerra, podemos compará-lo com um camaleão, que modifica um pouco a sua natureza e se adapta a cada caso concreto (Clausewitz, 1976, p. 89), assumindo hoje, em consequência de diversos factores (intrínsecos e extrínsecos), que caracterizam o sistema internacional e as sociedades políticas, bem como as suas inter-relações, um carácter e formas qualitativamente novas.

Com o fim da Ordem dos Pactos Militares (Moreira, 1996, p. 452) houve alterações significativas que foram introduzidas no conflito subversivo, sendo possível considerar duas circunstâncias com impacto em tempos diferentes. A primeira será o impacto imediato produzido pelo fim da Guerra-Fria, sobretudo pelo fim do apoio prestado pelas grandes potências aos conflitos por procuração, sendo fundamental para se compreender a subversão contemporânea identificar o papel das suas novas formas bem como das fontes de financiamento (Byman, 2001, p. XIX). A segunda alteração, o impacto da globalização, porque mais profundo e extenso, faz-se sentir num período mais dilatado, ainda não terminado (Mackinlay, 2002, p. 15).

O fenómeno subversivo actual manifesta algumas linhas de continuidade em relação ao passado (assimetria, ambiguidade, lassidão, guerra psicológica, terreno complexo, a mobilização política, uma ideologia unificadora), mas, segundo Steven Metz, a par da melhoria dos métodos e dos meios, apresenta diversas inovações, como o transferir do esforço das áreas rurais para as urbanas com a sequente incapacidade de concentração e actuação em larga escala (o que limita o atingir das 4ª e 5ª fase do ciclo evolutivo); uma diversificação de apoios; a criminalização de actividades; o alargar das ligações e a capacidade assimétrica de projectar Poder com o terrorismo transnacional (2004, p. 12-14).

O desenvolvimento provocou uma alteração nas formas de actuação dos grupos subversivos, que hoje recorrem à alta tecnologia de informação e de comunicação disponível, surgindo o termo *infosurgents* (Kiras, 2002, p. 227). Hoje, as cinco fases já enunciadas para o ciclo evolutivo da subversão podem não ser seguidas, saltando-se etapas e entrando directamente na terceira fase. Actualmente, em algumas tipologias de subversão, o tradicional apoio da população já não é essencial (Mackinlay, 2002, p. 28-29), Steven Metz vai mais longe, considerando que a subversão contemporânea apenas necessita da passividade da população (2004, p. 13), dado que hoje, grande parte dos movimentos subversivos precisam somente de garantir as fontes de

abastecimento e instalações que lhes permitam fazer chegar os recursos dos Estados, ou do que deles resta, ao mercado internacional. Porém, em nosso entender, uma vez que a subversão se movimenta entre a população, aquele apoio é sempre fundamental, seja para ser manipulado, instrumentalizado, conquistado ou mesmo para a transformar apenas em espectadora pouco atenta, conseguindo desta forma a sua inação.

### **2.3.1. A subversão e o crime organizado transnacional**

Quando os Estados que têm as suas estruturas de soberania pouco consolidadas entram em colapso, perdem o controlo, a legitimidade e a coesão (Pauline e John, 1996, 20), facilitando a criação, disseminação e consolidação de coligações e redes de crime (Cooper, 2004, p. 66), as Organizações Criminosas Transnacionais (OCT). Estas, que possuem objectivos lucrativos muito bem definidos, uma capacidade de planeamento ao nível estratégico e de condução de conflitos armados, envolvendo um inimigo ou uma rede de inimigos, socorrendo-se muitas vezes das mais modernas tecnologias (Metz, 2000, p. 56-57 e Carriço, 2002, p. 622), desenvolvem a sua actividade criando um ambiente subversivo, não visando, no entanto, a tomada técnica do Poder.

Com as verbas geradas adquirem um nível de poder que anteriormente era reservado exclusivamente a Estados. Expressam-no pela capacidade para destabilizar, económica, social e até politicamente os países onde operam e por tentarem conquistar indirectamente o poder político pela corrupção dos seus órgãos de soberania e dos funcionários, podendo até em alguns casos influenciar a eleição de um governo. Por outro lado, com a finalidade de intimidar o Poder instituído de forma a garantirem completa liberdade de acção nas suas actividades criminosas, grupos como o *Mara Salvatrucha*, estão dispostos a usar elevados níveis de violência armada (Santos, 2004, p. 91-92) e, tal como já acontece na Bolívia e na Colômbia, chegam a administrar partes significativas de um determinado território, assumindo assim as funções do próprio Estado (Sokolsky e Charlick, 1999, p. 51), colocando os conceitos tradicionais de soberania e integridade territorial em causa.

As novas formas de subversão associadas aos conflitos armados que surgem no contexto da globalização também têm uma dimensão económica, quer na origem, quer nas consequências (Williams, 2000, p. 189). São ainda indivisíveis do que é criminal, que passa para além das fronteiras e envolve regiões inteiras, misturando numa rede económica informal o saque e a pilhagem, o tráfico de seres humanos, de armas e narcóticos, as contribuições de imigrantes (Angoustures e Pascal, 1996), os “impostos” sobre assistência humanitária (Jean, 1996), tudo a viver da insegurança, da guerra, carecendo da continuação do conflito.

Foram diversas as organizações revolucionárias como o *Mouvement des Forces Democratiques du Casamance* e o *Sendero Luminoso* que se envolveram na comercialização de estupefacientes, criminalizando as suas actividades, pondo assim um pouco à parte a vertente ideológica do conflito e transformando-se em narco-guerrilhas (Labrousse, 1996).

A criminalização pode também afectar as Forças Armadas (Paquistão, Peru, Turquia), que ou se deixam corromper entrando numa lógica de enriquecimento pessoal (narco-corrupção), ou então utilizam os fundos para financiar as suas actividades (Labrousse, 1996).

### **2.3.2. As guerras civis, a luta urbana e o terrorismo**

Também algumas guerras civis podem assumir, nalgumas fases do seu desenvolvimento, um carácter subversivo. Os conflitos internos que tendem a disseminar-se e que com facilidade ultrapassam as fronteiras físicas dos Estados, constituem uma fonte acrescida da instabilidade internacional (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003, p. 360), ao ponto de hoje em dia ser difícil distinguir se uma guerra é interna, internacional ou mista, pois há um amplo leque de tonalidades de transição.

Nas guerras civis, onde os motivos são complexos e ambíguos (Kalyvas, 2003, p. 476) encontramos uma disjunção entre identidades e acções ao nível das elites e, por outro lado, ao nível das massas. As alianças formadas pela conveniência respondem às oportunidades de cada momento, e inserem-se num contexto conflitual a nível nacional e outro a nível local, que estilhaça a autoridade em milhares de fragmentos e micro-poderes (Kalyvas, 2003, p. 479).

Hoje, no mundo em desenvolvimento, assistimos a uma combinação explosiva entre o crescimento populacional e a urbanização (Taw e Hoffman, 2005, p. 2). As populações rurais motivadas pela fome, pobreza e pelas guerras, refugiam-se ou imigram para os grandes centros urbanos que crescem desreguladamente. Essas comunidades migrantes vão-se instalar nas *favelas, bairros da lata, vilas miséria, callampas ou shantytowns*, das cinturas suburbanas em condições sub-humanas. Neste ambiente encontram terreno para emergir as mais diversas formas de subversão, como os *gangs de rua* (Manwaring, 2005), que ajustam as suas tácticas e estratégias, no bom reconhecimento de que o centro de poder político-económico-militar, está na conurbação, que o poder pode e deve ser atacado na sua sede e não na periferia (Laqueur, 1984, p. 344), sendo a prossecução de objectivos políticos através de actuações violentas compelida para as cidades e para operações de pequena envergadura; ao mesmo tempo, a luta urbana inviabiliza ou condiciona a utilização de determinados meios pela contra-subversão (O'Neil, 1990, 45-47).

Se outrora as cidades eram o culminar do processo subversivo, hoje são o seu meio ambiente privilegiado. Tal como na guerrilha rural, nas selvas de zinco e adobe, os combatentes que se misturam com a população com mais facilidade conseguem a cobertura dos *media*, mostrando a incapacidade do Poder para a proteger (Taw e Hoffman, 2005, p. 15). Neste pano de fundo, a subversão acaba por controlar uma determinada área e estabelecer formas alternativas de Poder, beneficiando os seus seguidores com a prestação de alguns apoios (incluindo a distribuição de alimentos).

A luta urbana não é uma técnica nova. Assim foi na América Latina, onde no final da década de sessenta do século XX, o centro de gravidade da luta subversiva passou do campo para a cidade, o que rapidamente originou uma nova doutrina da guerrilha urbana. No Brasil destacaram-se guerrilheiros urbanos como Carlos Lamarca e Carlos Marighella. Este último acreditava que uma pequena elite subversiva poderia explorar o mais ligeiro descontentamento e actuar como catalisador de uma insurreição popular mais generalizada, sem no entanto ser necessário efectuar a construção de uma organização política (1969, p. 39), onde o apoio estudantil e da população em geral aumentava na razão directa da repressão das autoridades governamentais.

Marighella tentava, através da provocação, forçar o Inimigo a transformar a situação política em militar e a liberdade de acção residia nas pequenas unidades, com uma cadeia de comando simples, sem comissários políticos, apenas um comando estratégico e uma coordenação regional. As principais qualidades e vantagens da guerrilha urbana seriam a surpresa no ataque, um melhor conhecimento do terreno, uma maior mobilidade e velocidade e uma melhor rede de *intell* (1969, p. 70-79). Ao longo do seu manual, muito citado pelos autores do *Army War College* norte-americano (Metz, 2004 e Beckett, 2005), discorre sobre quais os principais alvos (sabotagem de pipelines e transportes, instalações militares, assassinatos políticos, raptos de policias e americanos, artistas, figuras públicas). O rumor era a base da guerra de nervos e essa informação deveria ser passada às embaixadas estrangeiras, Nações Unidas (NU), nunciatura apostólica, etc.. Assim, o Povo culparia o Governo da situação caótica e pela insegurança (1969, p. 99).

Na selva de cimento do Uruguai, os *Tupamaros*, que combinavam a concentração estratégica com a descentralização táctica, enfrentaram o problema comum a todas as guerrilhas urbanas: enquanto os seus elementos eram poucos e a escala das operações reduzida, permaneciam numa segurança relativa; porém, com o crescimento da organização surgiam os problemas logísticos, de bases e com mais facilidade eram identificados e capturados (Laqueur 1984, p. 346).

As acções subversivas em ambiente urbano surgiram ainda entre outros países como na Itália (*Brigadas vermelhas*), na Alemanha (*Baader-Meinhof*), na Argentina (*Montoneros*) e no Perú

(*Sendero Luminoso*). Todas desafiaram a integridade política e sócio-económica dos seus países, criando um clima de instabilidade e de insegurança individual e colectiva (Manwaring, 2004, p. 29), seguindo um processo doutrinário comum, de três fases típicas da subversão urbana: organização, desordem civil e terrorismo (Laqueur, 1984, p. 377), procurando sempre a repressão violenta do Poder (Laqueur, 1984, p. 353). No fundo, o aparelho do Estado devia ser desmoralizado, parcialmente paralisado, destruindo-se assim o mito da sua invulnerabilidade e ubiquidade.

O terrorismo transnacional, que é uma entidade de estrutura celular, desterritorializada e por vezes acéfala (Bauer e Rauffer, 2003, p. 106), procura atingir os pontos mais críticos de convergência entre a sociedade e o aparelho do Estado e está mais vocacionado para desgastar o Poder que desafia ou para promover a sua rejeição do que para o derrubar, procurando forçar um comportamento repressivo, logo comprometedor, e demonstrar a constrangedora ineficácia da prevenção (Monteiro, 2002, p. 3). Para além da espectacularidade dos efeitos das suas actuações (concepção e execução dos actos materiais em si mesmos), procura a ressonância publicitária junto da opinião pública, bem como os efeitos psicológicos causados nos alvos<sup>3</sup>.

O entendimento do fenómeno do terrorismo após o 11 de Setembro foi, nos Estados Unidos da América (EUA), sujeito a revisão na sequência do aparecimento de estratégias de desestabilização globais e mais radicais. O seu potencial foi acrescido, quer pelo grau de violência, quer pela capacidade organizativa ou mesmo pelas novas estratégias de recrutamento (Romana, 2004, p. 258), quer ainda pela privatização da sua actividade (Singer, 2004 b, p. 52). O fenómeno sofreu também uma alteração qualitativa e passámos a falar do ciberterrorismo, do bioterrorismo, do ecoterrorismo, do terrorismo químico e mesmo do nuclear (Laquer, 1999).

### **2.3.3. As democracias e a subversão**

Partindo do princípio que as sociedades dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento são aquelas onde surgem as maiores contradições internas, seriam estas que, face a uma primeira observação, se encontrariam particularmente vulneráveis à subversão de qualquer sinal e procedência. Porém, autores como Trinquier (1961, p. 48), Delmas (1975, p. 18-19), Laqueur (1984, p. 407), O'Neil, (1990, p. 140), Mackinlay (2002, p. 32) e Munkler (2003, p. 11-12), consideram as democracias ocidentais mais atreitas ao fenómeno, aproveitando a subversão, a sua organização social e os seus meios para a enfraquecer.

---

<sup>3</sup> Podemos detalhar sobre esta intenção na recente carta entre dois líderes da al-Qaeda, al-Zawahiri para al-Zarqawi, onde este refere "we are in a battle, and that more than half of this battle is taking place in the battlefield of the media". Este documento refere ainda a necessidade de se conquistar o importante apoio da população, disponível em <http://www.dni.gov/releases.html>.

Estes Regimes, se, por um lado, não ignoram as intenções daqueles agrupamentos “para os quais a referência ao ideal e às liberdades democráticas mais não é do que um pretexto para a subversão” (Delmas, 1975, p. 18), por outro lado, neles, as reacções à violência estão limitadas por restrições constitucionais ao horizonte ético, cuja violação afectaria um conceito que moldou o próprio Estado. Os tempos de resposta são lentos, na medida em que os aparelhos jurídicos o são, por escrúpulo ou força intrínseca (como se queira ver); “(...) as limitações na montagem e funcionamento de dispositivos preventivos, as restrições à instalação (assumida) dos repressivos, o fosso tradicional entre pensamento político e pensamento estratégico, a ausência de estruturas de propaganda e contra-propaganda, a vincada dualidade civil/militar, não capacitam as democracias ocidentais à contra-subversão, em termos de isolar eventuais grupos, desencadear, se preciso, a «operação verdade» (para obtenção de crédito por parte da opinião pública), evitar a situação de «tribunal popular» (onde o Poder aparece réu face à colectividade) e implementar, com eficácia, vigilâncias (milícias, por exemplo) locais (...)” (Monteiro, 1993, p. 22).

Estas fragilidades expõem os governos ao ridículo e ao desprezo (Laqueur, 1984, p. 407). Deste modo, as democracias ocidentais tornam-se vítimas dos seus próprios conceitos. Uma vez conhecedoras da ameaça subversiva, só se podem preparar e reagir contra ela, em princípio, reorganizando-se de acordo com princípios totalitários (Delmas, 1975, p. 19) ou quase totalitários<sup>4</sup>. Todavia, esta situação implica uma restrição dos seus ideais, pelo que acreditamos que, para a sobrevivência das democracias, essa preparação e reacção passarão forçosamente pelo recurso, entre outros, a um eficaz sistema preventivo, que preste um apoio isento e esclarecido aos órgãos de soberania, sem complexos nem “má consciência”.

#### **2.3.4. Os móveis da subversão na actualidade**

Segundo o General Loureiro dos Santos (2005), podemos analisar a subversão segundo dois ângulos que podem ser interdependentes: uma análise racional em função dos objectivos, ou por outro lado, uma análise segundo as motivações de quem no terreno efectua as tácticas subversivas, onde os combatentes agem sem racionalidade e de forma emocional.

Actualmente, os objectivos são idênticos aos do passado, o que há de novo, em nosso entender, são as motivações e as diferenças nas tácticas e nos novos recursos utilizados, incluindo tecnológicos. No fundo, a substância mantém-se, mas a forma varia.

---

<sup>4</sup> Nos EUA, antes do 11 de Setembro de 2001, o relatório da *Commission on America's National Interest*, de Julho de 2000, alertava para a necessidade de o governo americano na sua luta anti-terrorista não debilitar a sua legitimidade política e infringir direitos e liberdades dos cidadãos americanos. Com os atentados esta ideia foi pulverizada e o Congresso aprovou legislação muito restritiva (*USA Patriot Act*), que conferiu novos e diferentes poderes ao governo federal, visando sobretudo incrementar a vigilância, controlo e eventual procedimento criminal sobre indivíduos e empresas suspeitos de apoiarem organizações terroristas, restringindo seriamente a tradicional liberdade de expressão, de circulação e mesmo a privacidade.

Pela descrição elaborada sobre o fenómeno subversivo na actualidade, podemos efectuar uma sistematização dos seus principais móbiles. Esta será apenas uma forma possível que auxilia a análise do fenómeno descrito, devendo ter presente que nesta sistematização as fronteiras são ténues e, por vezes, cumulativas. Assim, consideramos como principais móbiles da subversão na actualidade:

- A histórica resistência contra ocupantes, como aconteceu na Península Ibérica face ao invasor francês no século XIX e hoje no Iraque;
- As formas clássicas da luta de libertação e ideológica como ainda hoje em algumas regiões da América Latina;
- Em áreas menos desenvolvidas o desencadear de fenómenos violentos de cariz subversivo para conquistar um poder frágil, como acontece um pouco por toda o Continente africano;
- Económicos, associados ou não ao crime organizado;
- A afirmação de identidades nacionais e conflitos de ajustamento de fronteiras tem impellido determinados grupos a desencadear guerras de secessão. As motivações podem ser alternativas ou cumulativas e podem ser étnico-culturais, económicas, etc.. Em princípio nada têm a ver com as guerras da independência anti-colonial, mas de comum têm a afirmação de uma identidade. Este processo de ajustamento é quase sempre endógeno, explorado por potências exógenas, como acontece no Médio-Oriente, na Ásia Central e em algumas regiões de África (Couto, 2005);
- As mudanças civilizacionais. O desenvolvimento das sociedades e a sua transição do pré-modernismo para o modernismo, ou deste para o pós-modernismo (Cooper, 2004)<sup>5</sup>, contêm em si os gérmenes de uma subversão. Este tipo de mudança cria e altera significativamente as formas e relações de produção, as estruturas do Poder, as relações entre governantes e governados. As consequências sociais são potencialmente devastadoras, pois afectam o equilíbrio das estruturas tradicionais, colocando em risco a sua integridade social e cultural. No mundo ocidental, é o modelo de Estado providência que é posto em causa (Couto, 2005);
- São ainda passíveis de tensão e ruptura nos diversos níveis (interno e externo) as diferentes formas de migração e a conurbação com o fenómeno superveniente do desemprego, da “miséria doirada” e de luta/instabilidade social; o populismo (Ropp, 2005)<sup>6</sup>; as tensões e

---

<sup>5</sup> Robert Cooper (2004), descreve-nos a segurança e as guerras no mundo pré-moderno, moderno e pós-moderno. Alvin e Heidi Tofler (1994) anunciaram a divisão tripartida do mundo e das guerras em vagas: A vaga das “guerras agrárias”, típica do período das revoluções agrárias; a vaga das “guerras industriais”, produto da revolução industrial, e por fim a vaga da “guerra da informação”, resultante da revolução da informação e do conhecimento. Esta última está reservada aos EUA e seus eventuais aliados. Também Bill Lind e Gary Wilson (1989) tipificam as guerras em gerações, da primeira à quarta, a primeira assente no poder da massa humana, a segunda no poder de fogo, a terceira na manobra e a quarta a guerra do povo iniciada com Mao.

<sup>6</sup> Steve Ropp refere que a incerteza associada à globalização, conduz, nas democracias representativas, ao desrespeito pelas instituições formais, que pode, em situações extremas, levar ao desencadear de acções políticas directas, ilegais, que minam as bases políticas e alteraram o ambiente estratégico (2005, p. 6-11).

mesmo a manifestações de agressão e violência entre os três tipos de sociedade anteriormente enunciados quando perante os contrastes oferecidos (sobretudo via novas tecnologias de comunicação e informação); entre sociedades, ou no respectivo interior, de tendências promotoras de laicismo e outras de confessionalismo e, entre culturas e grupos culturais portadores de comportamentos rígidos, com características ou práticas susceptíveis de influenciar massas consideráveis (Monteiro, 2002, p. 8).

### **2.3.5. As tipologias subversivas**

Face à caracterização efectuada, hoje é possível classificar a subversão em quatro grandes tipologias: *lumpen*, clânica e similares, popular e, global; sendo cada tipologia explicada como um modelo constituído por inúmeras facetas de análise (liderança, recrutamento, organização, etc.) (Mackinlay, 2002, p. 43), comportando um ou mais dos móveis identificados.

As tipologias enunciadas são meramente académicas e servem como instrumento de análise para explicar a natureza particular de um determinado movimento. Esta não é uma tipologia estanque, as características de cada uma são passíveis de se expandirem e cruzarem entre elas.

Os movimentos *lumpen* são bandos armados ligeiramente organizados, de estrutura informal e horizontal, que podem emergir e obter sucesso contra um Estado fraco, a sua energia irradia da rua e não pelo desenvolvimento intelectual de uma ideologia, a actuação militar precede a conceptualização dos motivos, em vez de emergir deles, e é levada a cabo sobretudo em áreas rurais; a disciplina assenta na brutalidade extrema, com utilização profusa de estupefacientes e de bebidas alcoólicas, onde o apoio da população surge pela mera questão de sobrevivência, pois os elementos das *unidades lumpen* sistematicamente agridem e exploram as populações; a pertença ao grupo, para além da sobrevivência, é uma questão de identidade, sendo o recrutamento forçado (Mackinlay, 2002, p. 44-54). A Frente Unida Revolucionária da Serra Leoa é um bom exemplo.

Para Ignatieff, forças destas podem ter apoio estatal, podendo fazer o trabalho sujo e cometer as maiores atrocidades contra a vida e dignidade da pessoa humana, o que não é “consentido” às forças regulares (1998, p. 132).

As tipologias subversivas de base clânica ou similares, como aconteceu na Somália, são definidas pelos laços familiares das estruturas que podem ser mobilizadas para o conflito em unidades militares primitivas que são capazes de efectuar pequenas acções, mas não um combate sustentado; são muito idênticas na actuação às forças *lumpen*, lutando sobretudo por recursos e, cada vez mais, numa perspectiva de enriquecimento, porém as lealdades assentam na genealogia e a pertença não é uma opção; uma unidade de combate de um clã é organizada numa estrutura

tradicional, onde as decisões são deliberações dos mais velhos que desempenham um papel de relevo e a sua perenidade deve-se à necessidade individual de sobrevivência.

As suas Forças são a manifestação da sua cultura e apresentam poucos vestígios de doutrina de insurreição ou de organização em estado-maior, e a liderança é indicada pelos membros, de onde lhe advém o ascendente pelos pares e a boa aceitação pelos mais velhos, de quem dependem na angariação de fundos e recrutamento (Mackinlay, 2002, p. 54-66).

As forças populares distinguem-se pela sua ideologia mais elaborada e pela proximidade das populações que apoiam essa ideologia, tendendo para uma organização militar mais consolidada. Na forma tradicional podemos dizer que tem um período pré-insurreccional e um insurreccional. São a resposta a um Estado forte, surgem de uma organização em segredo que pode evoluir e conduzir operações prolongadas no tempo. A sua estrutura é celular e tendem para adquirir uma componente política autónoma da militar. Um bom exemplo é o dos movimentos independentistas. Os seus métodos variam dependendo da fase da campanha.

Por vezes, é difícil distinguir quando estamos perante uma campanha revolucionária ou apenas de senhor da guerra. Actualmente, como já referimos, um movimento subversivo cai com facilidade na criminalização da actividade, sem procurar qualquer outra forma de responsabilidade social e política que beneficie a população (Mackinlay, 2002, p. 94).

As Forças globais, que surgiram com Bin Laden, caracterizam-se por uma organização militar proveniente de diversas regiões, apoiada por uma vasta diáspora que partilha a mesma ideologia ou religião, e as suas acções são acompanhadas pelos *media* que lhe ampliam o impacto (Mackinlay, 2002, p. 12-13). O seu principal móbil é a modificação da actual ordem internacional e o estabelecer de um Califado no coração do mundo islâmico, o Iraque<sup>7</sup>, regido por uma *Sharia* concebida a partir de uma interpretação integrista do Corão, tendo como objectivos intermédios, estender a *jihad* aos países seculares da região e a sequente substituição das suas lideranças; no fundo, dominar os Estados.

Estes movimentos estão muito próximos dos movimentos populares, mas são distintos, pois têm intenções, objectivos, recrutamento e organização globais. Neste tipo de subversão há diversas facetas em tudo semelhantes às dos cartéis da droga: estruturas de rede transnacionais; compartimentação em células semi-autónomas que desenvolvem a maioria das actividades críticas da organização; planeamento das operações meticoloso com um extremo cuidado na pesquisa e análise de *intelligence*, ambos aprendendo com a experiência, adaptando as suas estratégias e práticas (Kenney 2003, p. 192); porém, a al-Qaeda ocupa uma posição de

---

<sup>7</sup> Podemos detalhar mais em diversas declarações de Bin Laden disponíveis em [www.state.gov/s/ct/rls/pgrpt/2003/31711.htm](http://www.state.gov/s/ct/rls/pgrpt/2003/31711.htm), e mais recentemente em <http://www.dni.gov/releases.html>.

coordenação na rede terrorista transnacional (Kenney, 2003, p. 196) e o seu móbil, como já referimos, não é o lucro, mas sim uma amálgama de considerações político-religiosas.

A sua estrutura parece estar a evoluir para uma maior descentralização, num conjunto de redes de base regional (Singer, 2004 a, p. 145), formando uma “rede de redes”, na expressão de Loureiro dos Santos (2005), demonstrando uma capacidade de actuação global, atacando inclusivamente o coração de grandes poderes, como fez em Nova Iorque, Madrid e Londres, conseguindo sobreviver a intensas contra-medidas (Mackinlay, 2002, p. 79). A sua capacidade de sobrevivência advém-lhe da desterritorialização, e a mistura entre religião, ideologia, crime e fontes de investimento, torna difícil determinar a origem clara de qualquer fundo terrorista específico. Em princípio provêm de doadores privados, investimentos legítimos, do narcotráfico e de outras actividades criminosas (Winer, 2002, p. 89).

Pela descrição efectuada pode-se concluir que uma subversão metódica, de cunho voluntarista, normalmente visa desmoralizar ou desintegrar e desacreditar a autoridade, seguindo cinco premissas que se encontram nos práticos da subversão, de T'ai Kung, passando por Mao e indo até Bin Laden: Sustentar que o governo é indigno; sustentar que o governo não está identificado com valores nacionais e, portanto, se apresenta como estrangeiro; atacá-lo com violência e persistência, para impressionar as massas; procurar a impunidade dos ataques, para demonstrar que o governo é impotente e, logo, figuração a derrubar e, neutralizar e/ou arrastar as massas para impedir uma intervenção espontânea a favor do restabelecimento da ordem anterior (Muchielli, 1976, p. 69 e Monteiro, 1993, p. 23).

O processo é sempre eficiente, reunidas as condições mínimas nos terrenos sobre que incida. O sinal da sua concreta procedência ideológica bem como da estratégia em que se integra, muitas vezes só é perceptível depois de apurar a quem aproveita ele; isto sem embargo de “conjunturas nas quais, perdido o controlo por parte do «autor moral» (situação mais frequente nas organizações terroristas), a subversão entra em órbita irregular (proveitável então por forças diferentes das da partida) ou passa a funcionar como elemento de erosão passiva” (Monteiro, 1993, p. 23-24).

A contínua proliferação de grupos subversivos parece-nos ser um indicador claro que esta forma de luta assimétrica foi largamente entendida como um meio efectivo de alcançar o Poder, sendo que os movimentos que obtiveram sucesso, foram aqueles que mostraram capacidade de organizar uma infra-estrutura política suficientemente durável para aguentar um conflito de longa duração (Beckett, 2005, p. 3).

### 3. A MANOBRA CONTRA-SUBVERSIVA E AS SUAS INTEGRANTES

À estratégia das guerras de cariz subversivo deve ser oposta uma estratégia contra-subversiva, que tem como objectivo final a protecção e o fortalecimento de todas as estruturas da região em causa, de modo a impedir que a subversão possa desencadear-se ou, se iniciada, possa ter êxito (Alves, 1999, p. 283), ou seja, evitar a subversão. Para a prossecução deste objectivo a manobra divide-se em três objectivos intermédios (Couto, 1989, p. 306 e CECA, 1990, p. 95):

1. neutralizar e destruir a estrutura subversiva;
2. preservar e fortalecer as forças da contra-subversão;
3. preservar e obter a adesão da população, criando interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão.

Estes objectivos podem ser alcançados segundo técnicas destrutivas e construtivas e diversos tipos de processos como (Couto, 1989, p. 307-311 e CECA, 1990, p. 98):

- Gerais, onde incluímos as actividades de informações, de acção psicológica e de anti-lassidão;
- Específicos de acção interna, onde são incluídos as acções militar, policial, psicológica, político-administrativa e sócio-económicas;
- Específicos de acção externa, militar, económica, política e psicológica;
- Processos especiais.

Da descrição do fenómeno subversivo feita no segundo capítulo e pela sistematização elaborada acerca dos objectivos e processos contra-subversivos, podemos concluir que os principais actores do ambiente subversivo são a população, as forças de subversão, as forças de contra-subversão e a comunidade internacional, todos eles a relacionarem-se e a condicionarem-se de uma forma dinâmica.

Esta abordagem permite-nos criar um modelo holístico para a análise do fenómeno subversivo/contra-subversivo semelhante ao de Gordon McCormick da *Naval Post Graduate School* (2003)<sup>8</sup>. Para a definição do nosso modelo tivemos em consideração que qualquer resposta contra-subversiva deve ser contextualizada no espaço e tempo próprios, ser equacionada para fazer face aos móveis que a originaram, à tipologia subversiva identificada e, ter em conta que a aplicação dos diversos processos e técnicas, a sua combinação, integração e coordenação formam a manobra contra-subversiva. Esta manobra deverá assentar numa estratégia total, ao

---

<sup>8</sup> O modelo de McCormick é uma ferramenta para a análise de situações de subversão e de contra-subversão, tendo por base o desenvolvimento de uma visão simétrica das acções exigidas quer pela subversão quer pela contra-subversão para alcançar o sucesso. McCormick define a manobra subversiva/contra-subversiva assente em cinco estratégias de actuação: a conquista das populações; negar ao adversário o controlo das populações; acção directa sobre o adversário; afectar as ligações do adversário à comunidade internacional e, estabelecer relações com a comunidade internacional.

nível interno e externo, directa e indirecta, anti-lassidão, carecendo de uma coordenação muito estreita de cinco acções oportunas (manobras parcelares), que caracterizam o nosso modelo de análise: político-diplomática; sócio-económica; psicológica; informações e militar.

A contra-subversão deve apoiar-se num programa político bem definido, realizável, que vá ao encontro do pulsar das populações, levado a cabo com determinação e “comunicado, esclarecido e valorizado através de uma eficiente e intensa acção psicológica” (Couto, 1998, p. 298), tendo em consideração que o centro de gravidade a atingir é a população, e que cada actuação afecta as percepções que quer a população quer a comunidade internacional têm da situação, pelo que a conquista das suas adesões é fundamental. Só depois de se conseguir estas conquistas se poderá actuar com operações rendíveis a outro nível (Canónico, 2004, p. 12). Não queremos com isto dizer que não haja, por exemplo, uma intervenção directa sobre as forças subversivas e que as outras manobras não se vão desenvolvendo em simultâneo, pois elas complementam-se.

A manobra contra-subversiva também tem um ritmo próprio, que abrange um período de prevenção e outro de intervenção, sendo o primeiro contínuo e acompanhando o segundo (Alves, 1999, p. 284). Tal como qualquer doença, a melhor forma é preveni-la para evitar o desenvolvimento do ciclo evolutivo clássico. Caso não se evite o eclodir da mesma, tudo deve ser feito para reduzir o período de inércia, de hesitação e de adaptação dos planos existentes, que caracteriza a manobra contra-subversiva na passagem de um período a outro (Trinquier, 1968, p. 133). O tempo para a resposta é de facto importante.

Este ritmo passa pela preparação dos diversos sectores de actividade do Estado no período de prevenção. No período de intervenção há uma fase de limpeza onde se estabelece o dispositivo das forças de segurança e militares procurando criar um clima de segurança; uma fase de consolidação onde se restabelece a organização governamental e o controlo pelas autoridades civis, mantendo ainda uma forte presença militar e, por fim, uma fase de reconstrução, onde se regressa à normalidade, com a transferência de responsabilidades para as autoridades civis e administração locais (Arriaga, 1961/62; Couto, 1989, p. 367-371 e CECA, 1990, p. 112).

Uma das ironias e problemas com a manobra contra-subversiva reside no frequente não reconhecimento, ou negação, por parte do regime que a deve desencadear, da existência de subversão no seu território, dando tempo a que o fenómeno se desenvolva, iniciando o conflito com iniciativa e vantagem estratégica (Metz, 2004, p. 23), levando ainda a um atraso na resposta. A resposta deve demonstrar a sua vontade, os meios e a capacidade para derrotar a subversão e a sua credibilidade não pode ser afectada por uma constante privação das liberdades e garantias das populações, nem pelo deixar andar e permitir a instalação consolidada da subversão.

A contra-subversão é uma actividade de alto consumo de tempo e de recursos. O tempo mede-se em décadas e não em anos, a vitória ou sucesso num conflito deste cariz mede-se, sobretudo, pelas repercussões psicológicas (Couto, 1989, p.321), e não tanto pelos resultados militares alcançados. Para Marcello Caetano, mais do que em qualquer outra guerra, “vale nesta o princípio de que o vencido é o primeiro que desiste de lutar e se considera derrotado” (1974, p. 169). O sucesso também se alcança pelo ganho de vantagens ao adversário em termos de tempo, espaço legitimidade e/ou apoios. Estas vantagens não são mutuamente exclusivas e a excelência de uma não compensa as carências da outra (Kiras, 2002, p. 212).

Nesta tipologia de conflitos a vitória não conduz a uma rendição incondicional marcada pela assinatura de um documento formal; a vitória é cada vez mais definida pelo alcançar de uma paz sustentada (Kitson, 1971, p. 70), de preferência com a remoção das causas que estavam na origem desse mesmo conflito bem como as suas manifestações (Zartman e Rasmussen, 2001).

Para a contra-subversão é imperioso saber contra quem combate, quais os seus móveis, pois é distinto combater contra um adversário com ética e regras do que combater alguém sem regras, disposto a tudo; no fundo, a diferença entre combater contra guerreiros ou soldados na feliz expressão de Hammes (2004, p. 41). A contra-subversão deve, pois, cingir-se às normas éticas da conduta das hostilidades, apesar de se poder desenrolar uma luta desleal, com diferentes regras para os jogadores.

A conduta ética da contra-subversão não invalida de forma alguma operações clandestinas e cobertas. O emprego de agentes infiltrados secretos e de informadores, já referido por Sun Tzu (1974, p. 120 e seguintes), é imprescindível em qualquer conflito, dado que aqueles conduzem um conjunto de actividades necessárias para o conhecimento do adversário. É no entanto interessante referenciar que no Congresso norte-americano não há unanimidade quanto ao emprego de métodos extra-legais<sup>9</sup>.

Uma actuação sem ética pode conduzir a situações semelhantes àquelas que ocorreram na Argentina onde, entre 1969 e 1979, a repressão foi violentíssima (assassinatos, raptos, tortura, internamentos compulsivos, venda dos bens dos desaparecidos, venda dos filhos dos prisioneiros políticos), originando a expressão de guerra suja, que conduziu ao fim da subversão dos *Montoneros* e seus aliados, mas que 30 anos passados ainda faz sentir os resquícios sociais (Manwaring, 2004, p. 16). Aquela resposta desproporcionada pode-se designar por terrorismo de Estado, que acaba por afastar o apoio popular. Apesar de tudo, a repressão é considerada por

---

<sup>9</sup> “The use of law enforcement mechanisms against international threats may also imply that non-legal instruments, such as military force or a covert action by an intelligence agency, are less important and can be deemphasized. Questioning this assumption, observers argue that some important international outcomes are utterly unobtainable through judicial processes”. (Congressional Research Service, 2001, p. 6).

Trinquier como inibidora da subversão (1968, p. 133), o que nos pode induzir a pensar numa solução para o fenómeno subversivo pela força, imposta pelo terror, mudo ou não. Porém, Aron, para quem a repressão pode ser necessária quando se atinge a fase da guerrilha, é esclarecedor ao considerar que ela raramente é eficaz contra a propaganda, a infiltração, as tentativas de sedução dos intelectuais, a exploração do descontentamento popular e para o convencimento dos hesitantes da superioridade moral ou histórica da contra-subversão (1988, p. 685).

Na Itália, no bom entendimento do princípio de Maquiavel que “os principais fundamentos que têm todos os Estados (...) são as boas Leis e as boas tropas” (1990, p. 56), foi a legitimidade e ética de actuação do Estado que permitiu uma resposta total, legislativa, política, psicológica, social e económica, para fazer face às quase três centenas de grupos subversivos com que o Poder se defrontava.

### **3.1. A manobra político-diplomática**

Ao falarmos em manobra político-diplomática equacionamos sempre uma actuação externa e outra interna. A nível interno a acção política está estreitamente relacionada com as reformulações de carácter dinâmico levadas a cabo pelo Poder, com a tomada de decisões a nível administrativo, e com a adopção de medidas de âmbito legislativo, regulamentar, organizativo e de reforço da autoridade do Estado. A nível externo a contra-subversão tem diversas formas de actuação. Através da acção diplomática sobre Estados, OI ou outras entidades identificadas com relevância estratégica, procura angariar apoios e reduzir os da subversão, promovendo o seu descrédito, recorrendo, se necessário, a uma diplomacia coerciva (O’Neil, 1990, p. 149). Ao nível da manobra externa propomos ainda a vertente de actuação cooperativa da comunidade internacional.

Esta manobra é fundamental, pois é com e através dela que se garante a liberdade de acção - a essência da Estratégia - para se poder conceber a manobra interna onde jogam três variáveis fundamentais: as forças materiais, as morais e o tempo que essa manobra leva (Beaufre, 2004, p. 146).

O sistema político-administrativo desempenha um papel fulcral quer na prevenção quer no combate à subversão, pois é através dele que grande parte da acção contra-subversiva é concebida, sendo assim necessário adoptar diversas medidas que reforcem a autoridade do Estado. A título de exemplo: a definição de políticas geradoras de um clima de segurança e bem estar, prevendo e preparando medidas legislativas adequadas (penais e outras), de implementação permanente; a criação/manutenção de um eficiente sistema de informações; o fortalecimento das instituições militares, de segurança interna e dos órgãos de soberania, bem como a preparação de

planos de contingência, com a finalidade de dissuadir aquele tipo de actividades, procurando evitar ou, no mínimo, antecipar a implantação da subversão (Couto, 1989, p. 334-348).

Compete aos Governos fomentar a melhoria das condições de vida das populações, o seu progresso social, segurança e bem estar. Isto passa necessariamente pela criação/melhoria das estruturas e infra-estruturas de base como as redes viárias, ferroviárias, fluviais, eléctrica, de saneamento básico, médico-hospitalar, escolar, entre outras.

É ainda fundamental promover acções de propaganda, de informação pública, de políticas de combate à corrupção, de partilha de informação entre os diversos órgãos de soberania e serviços afins da segurança e defesa, de medidas fiscais e fiscalizadoras rigorosas, procurando dificultar a lavagem de dinheiro. O combate deve ser feito sobretudo através de medidas que ajudem a reverter as origens e causas do fenómeno, pois acreditamos que não é possível fazer frente à subversão apenas com acções policiais ou com a publicação de novas leis. A chave do problema está na sociedade em si, na sua estrutura e, acima de tudo, na formação cívica dos cidadãos. É a este nível que são necessárias verdadeiras intervenções de fundo (Williams, 2000, p. 185).

Caso a subversão se manifeste em áreas urbanas, enfatizar o terrorismo e não o apoio popular, a resposta pode ser encontrada em acções modestas mas vigorosas e adoptadas apenas nos meios urbanos (O'Neil, 1990, p. 160), requerendo um conjunto vasto de capacidades, doutrina e treino, bem como uma necessidade de identificação das causas da subversão e dos requisitos políticos para a conter (Taw e Hoffman, 2005, p. 21).

Vimos no segundo capítulo que umas das fontes de apoio da subversão provém das diásporas e dos refugiados. Assim, os Estados devem ser pragmáticos no seu controlo impedindo esse auxílio (Byman et. al., 2001, p. xvi) e, quando oportuno, devem aproveitar as suas ligações em proveito dos seus interesses e da comunidade internacional, interesses esses que podem passar pela resolução ou transformação do conflito (Zartman e Rasmussen, 2001, p. 41). Os Estados, coligações destes ou OI não devem esquecer o velho princípio que negociar com a subversão em igualdade apenas serve para a prestigiar (Couto, 1989, p. 296). Nesta ordem de idéias, as negociações devem ser feitas em posição de superioridade, para cativar desmoralizados, ao mesmo tempo que se oferece uma saída sedutora para os não-irredutíveis (Kitson, 1971, p. 144).

Na actualidade, as guerras subversivas manifestam-se, como vimos, de formas distintas e não como variantes da mesma forma. A resposta a cada uma delas, de acordo com Mackinlay, é caracterizada por um planeamento diferente, bem como por princípios e aproximações diferentes, sendo muito perigoso aplicar os princípios de contra-subversão de uma tipologia a outra tipologia diferenciada (2002, p. 99). A estratégia desta resposta depende muito da eficácia da organização global do poder instituído, do espírito de cooperação entre as autoridades

civis/militares, mas nomeadamente, do grau de compreensão que os comandantes militares tiverem da utilidade do aproveitamento das autoridades civis. Para proporcionar mais rendimento a esta cooperação, a história demonstrou que deve ser efectuada uma concentração de poderes, civis e militares, na mesma autoridade<sup>10</sup>.

Num conflito de carácter total, é necessária uma estreita coordenação entre as acções de todos os elementos civis e militares, pelo que ou se concentram poderes, seguindo o princípio da unidade de comando, o que pode facilitar procedimentos e, eventualmente, diminuir o tempo de resposta ou, então, em situações onde eles estejam separados, se criam órgãos e estruturas em que podem ser delineados planos e tomadas decisões que permitam uma melhor colaboração e rendimento (em Moçambique lembramos o Conselho de Defesa, presidido pelo Governador-Geral).

O desenho organizacional da contra-subversão também pode ter diversas concepções. As estruturas civis ou militares podem estar cindidas numa só, como já referimos, ou podem ser separadas, e as responsabilidades pela segurança interna e externa também. Caso as estruturas estejam dispersas por diversos órgãos de soberania é necessário existir um órgão de coordenação das actividades. As estruturas serão diferentes nos períodos preventivo e de intervenção, mas os princípios base que propomos são os da flexibilidade e dinamismo, que permitam aos Estados transitarem para situações de instabilidade sem ter, necessariamente, de recorrer a medidas de excepção, sendo importantes o particularismo da situação e acima de tudo os resultados.

Quando uma guerra de cariz subversivo se revela num determinado Estado com instituições consolidadas, tem sido a norma ser este a procurar resolver por si o problema, o que não impede que obtenha cooperação e colaboração internacional. Se, por outro lado, a guerra subversiva eclodir num Estado falhado, este é incapaz de por si só fazer face à situação, sendo, também por norma a comunidade internacional, quando necessário, legítimo e possível/conveniente, através de uma OI ou de uma coligação, a procurar solucionar o problema, ou, pelo menos, a minimizar os seus efeitos e alastramento.

O problema da intervenção internacional em Estados considerados fracos ou falhados, não é simples de resolver e ultrapassa as questões da legitimidade e do consentimento. A acção poderá ser de características multidimensionais e assumir a natureza de *state building* ou, então, como adianta Holsti, antes, temos de dar resposta à questão básica que assenta na necessidade de saber se o conceito Ocidental de Estado é o elemento mais apropriado para as sociedades que sempre

---

<sup>10</sup> Foi o que a Inglaterra fez na Malásia (1948-1960) e, no antigo ultramar português, esta também foi a estratégia adoptada, acumulando, nos primeiros anos de guerra, o Governador-Geral simultaneamente as funções de Comandante-Chefe. Podemos ainda consultar Marechal Lyautey (1933) – *Lettres de Tonkin et de Madagascar (1894-1899)*. Paris: Armand Colin. Na Itália a concentração de poderes no Carabiniere General (1968-1982) e na unificação *do intelligence*, até o PCI colaborou (Manwaring, 2004, p. 30). Mais recentemente, a propósito das operações de estabilização das forças norte-americanas no Iraque, podemos detalhar em, Hoffman, Bruce (2004) – *Insurgency and counterinsurgency in Iraq*. Santa Mónica: Rand Corporation.

tiveram tipos diferentes de sistemas e organização política (2001, p. 203). Dado que, como O'Neil bem refere, a solução pode estar na adopção de um modelo institucional alternativo local (1990, p. 135).

As medidas apontadas até agora servem as quatro tipologias subversivas enunciadas por nós no segundo capítulo, porém, a subversão global, que se manifesta através das diversas formas de terrorismo é, em simultâneo, considerada uma ameaça transnacional, pelo que a manobra contra-subversiva obedece a certas especificidades, sendo também necessariamente uma resposta política transnacional.

A transnacionalização do fenómeno terrorista conduziu ao surgimento de um multilateralismo anti-terrorista, conjunturalmente agregador de interesses diferenciados. Para ser eficaz, este multilateralismo implica a existência de uma elevada capacidade de resposta, em tempo útil, na detecção e neutralização da ameaça (Romana, 2004, p. 261).

Nesta ordem de ideias, a luta contra o terrorismo requer a nível transnacional a definição e implementação de políticas e medidas cooperativas, que abranjam além dos Estados, OI e Organizações não Governamentais (ONG). Estas medidas e políticas devem incluir acções para evitar o colapso das estruturas estatais; combater eficazmente o subdesenvolvimento; efectuar um controlo de materiais perigosos; desenvolver legislação internacional adequada que permita uma vez identificadas as fontes de financiamento, secá-las; a criação de capacidades de *early warning*, que possam permitir uma correcta avaliação da situação e uma utilização equilibrada e eficaz dos meios anti-terrorista e a definição e implementação de medidas de gestão das consequências, ou controlo de danos (Viana, 2003, p. 6; NATO, 2002 e NU, 2004 e 2005). Neste contexto, a ONU surge-nos como o grande fórum internacional com capacidade para efectuar o levantamento, discussão, implementação e coordenação dessas medidas.

Mas são diversos os factores condicionadores a equacionar nas políticas a propor, como: a eficácia da restrição das fronteiras perante um inimigo invisível e anónimo; o não se poder viver permanentemente mediante reforçados dispositivos de segurança que afectam as liberdades fundamentais e, do mesmo modo a tentativa de partição do mundo entre duas civilizações antagónicas que se digladiarão. Este facto, para além de abalar a coesão da heterogénea coligação internacional contra o terrorismo, corre o risco de abrir novas linhas de fractura, assim, maior imprevisibilidade e disseminação dos factores de descontentamento, do ódio e da vingança (Mongiardim, 2004, p. 427), além de que, face à mutabilidade do fenómeno, no plano concreto da actuação, as políticas que visem a sua neutralização têm, quase sempre, um carácter reactivo (Romana, 2004, p. 262).

No entanto, porque a luta ao terrorismo global é sobretudo uma batalha de ideias, ideias com poder suficiente para provocar emoções violentas (Echevarria II, 2003, p. 15), a força mais importante a promover para derrotar a presente vaga de terrorismo global, é, segundo Laqueur, a modernidade, pois envolve mais do que as condições materiais da democracia, entrando na transformação de crenças e filosofias (2003).

### **3.2. A manobra sócio-económica**

Para Nasution, General indonésio, a contra-guerrilha deve aperceber-se de quais são os problemas sócio-económicos e político-ideológicos que permitiram o emergir e expandir da guerrilha (Nasution, 1965, p. 55), para depois efectuar a conquista da adesão das populações que não controla, o que só pode ser conseguido se a contra-guerrilha apresentar uma ideologia superior ou no mínimo uma melhoria da suas expectativas, correndo sempre o risco de todas as acções policiais e militares, apesar de bem executadas, serem em vão por se dirigirem apenas aos efeitos e não às causas (Nasution, 1965, p. 100), sendo também necessário para conseguir o apoio da população, convencê-la da vitória.

Neste estudo consideramos que a manobra sócio-económica sobre as populações, visando a melhoria das suas condições de vida e a manutenção ou conquista/reconquista da fidelidade às Autoridades formais, passa pela síntese de duas acções que devem ser desenvolvidas em permanência, inscrevendo-se, desde o período preventivo ao de intervenção: o controlo da população e dos recursos e a melhoria das estruturas e infra-estruturas.

As medidas de controlo das populações e dos recursos, para além de visarem proteger fisicamente a população e destruir a estrutura subversiva, procuram isolar a população da subversão, impedindo que as instituições e os serviços sejam afectados pela propaganda e pelos agentes subversivos (Couto, 1989, p. 322). Consequentemente, as actividades dos habitantes terão de ser controladas, de forma a tornar possível a detecção do In e impedir ou dificultar a prestação de todas as formas de apoio. O controlo da população contribui ainda para a reconversão da população subvertida e para o restabelecimento das instituições e dos serviços afectados. Estas medidas devem ser aplicadas com moderação de forma a não provocarem o inverso do pretendido e serem assim susceptíveis de aproveitamento pela subversão.

Face à natureza do objectivo, compete às autoridades civis a execução destas medidas de controlo. Contudo, nas regiões em que as autoridades civis se mostrem incapazes de o garantir de *per si*, as Forças Armadas (FA) poderão ser chamadas a colaborar nesse controlo. Esta actividade abrange medidas como o recenseamento e enquadramento da população; o controlo da informação pública; o controlo de armas e dos meios de transmissão e transporte; o controlo de

abastecimentos e movimentos; a imposição de recolher obrigatório e, quando necessário, o apoio ao reordenamento de populações (Arriaga, 1961/62, p. 4-8 e EME, 1966 d, cap. III p. 2).

O reordenamento, feito normalmente através da prática do aldeamento, tem seis finalidades principais: 1) Despovoar certas áreas, com a finalidade de furtar ao inimigo o apoio político e material da população local; 2) Isolar as populações, da subversão que já existam na área; 3) Proteger as populações da subversão; 4) Reorientar politicamente a população, por meio de apoios das autoridades administrativas; 5) Desenvolver um espírito de comunidade e interdependência agrícola e económica; 6) Despovoar determinadas áreas, a fim de dar às forças de segurança mão livre na execução de operações, libertando-as, assim, do factor inibitivo que é a possibilidade de se matarem populações inocentes (ADIEMGFA, 1970).

Os aldeamentos também podem ser a resposta à dispersão das populações e uma forma de facilitar a actuação psicológica e a promoção sócio-económica. Devemos, no entanto, estar cientes que quando as populações são maioritariamente urbanas este tipo de actuação é dificultada, quando não impossível.

O enquadramento traduz-se num esforço de extensão da acção administrativa, policial e militar, procurando com estas medidas a destruição de eventuais estruturas subversivas no interior da população ou pelo menos o seu controlo. Com a autodefesa, além de se comprometer a população com a causa contra-subversiva e da sua consciencialização, contribui-se para a economia de esforço das forças militares, que ficam assim disponíveis para outras missões. A opção pela autodefesa levanta sempre o risco de se estar a contribuir para o esforço do inimigo (Trinquier, 1961, p. 85).

Ao nível da melhoria de estruturas e infra-estruturas, a adopção de medidas concretas e visíveis contribui para a criação de um ambiente propício para a conquista da adesão plena das populações. Esta actuação deve ser conjugada com uma intensa acção psicológica no sentido de conquistar os corações e as mentes. A manobra sócio-económica deve ser exercida sobre as populações em duplo controlo ou controladas pelo Poder em exercício, procurando conquistar a fidelidade, consolidando as adesões, anulando o efeito da propaganda adversária e fomentando a apresentação ou, no mínimo, a aceitação da futura recuperação ou até a situação de duplo controlo. O que interessa é o exercício de influência: sensibilizar, cativar; a adesão plena virá a seu tempo.

A promoção sócio-económica das populações faz-se pela elevação do nível de vida das mesmas, satisfazendo as suas necessidades mais urgentes e destina-se a sustentar a fidelidade das populações ao poder constituído. Essa fidelidade é desafiada pela subversão, que em certas regiões, como já vimos, pode colocar as populações sob seu controlo ou sob duplo controlo. Esta

manobra visa conseguir a adesão das populações e impedir a subversão da realização dos seus objectivos psicológicos, tendo a manobra militar que garantir o espaço e o tempo necessários para a consecução desse objectivo.

Na manobra interna, os militares com a sua capacidade militar sobranse devem também participar na promoção sócio-económica das populações em áreas como as assistências sanitária, religiosa, educativa e económica (EME, 1966 c, cap. VII, p. 5). Parece-nos evidente a inutilidade do esforço militar se os objectivos sócio-económicos, que estão na base da contra-subversão, não se concretizarem.

A acção de assistência sanitária é um poderoso meio de cativar populações. Para suprir lacunas e carências de diversa ordem, as FA podem prestar assistência médica às populações. As equipas médicas, além de participarem activamente nas patrulhas, deslocando-se a zonas remotas para apoiarem sanitariamente as populações, podem dar consultas em diversas ONG e nos próprios aquartelamentos e materializar-se ainda, entre outras, sob a forma de assistência medicamentosa e materno-infantil e de campanhas de vacinação. Espera-se adesão em troca destes préstimos, que devem restabelecer/transmitir confiança e serem demonstrativos da boa vontade da Administração.

A valorização educativa e profissional é mais uma forma de conquista da adesão das populações e de as subtrair às actividades subversivas. Ao nível educativo, as FA para além de poderem colaborar na recuperação de escolas, podem disponibilizar quadros para dar formação escolar e profissional.

A assistência económica compreende a aquisição de produtos autóctones e o emprego em serviços diários, entre outros. Esta assistência, apesar de pouco expressiva em termos macro-económicos tem, contudo, efeitos locais, designadamente na melhoria das condições sócio-económicas de algumas famílias.

A engenharia militar desempenha um papel de relevo na reconstrução de infra-estruturas, reparação de estradas, execução de furos artesianos para o abastecimento de água potável, a recuperação de escolas, a formação profissional, entre outras, contribuindo assim também para o esforço da conquista da adesão das populações.

Contudo, nem sempre as reformas e a promoção sócio-económica são a solução. Estas podem reduzir ou mesmo eliminar as condições favoráveis para a eclosão subversiva, mas surgirão sempre outras reivindicações, pelo que as reformas devem ser da iniciativa e ditadas pela estratégia contra-subversiva e não pela satisfação de desejos da subversão (Couto, 1989, p. 296).

### 3.3. A manobra psicológica

Sun Tzu referiu que, se um Exército aguentar um ataque inimigo "sem sofrer derrota, é porque actua com forças extraordinárias e normais" (1974, p. 191) pressupondo, assim, a existência de dois tipos de força, as forças *chi* e as forças *cheng*, sendo a primeira extraordinária e indirecta, na qual cabem toda a psicologia e toda a arte de ludíbrio, e a segunda normal e directa. Utiliza-se, assim, a primeira extensivamente de forma a enfraquecer o inimigo até que este atinja um ponto em que a mínima força *cheng* seja necessária para o derrubar; no fundo, subjugar o inimigo sem luta.

Segundo o volume III do Regulamento "O Exército na Guerra Subversiva", a acção psicológica é entendida como "a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de uns e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar" (EME, 1966 c, cap. 1, p. 1).

Em contra-subversão, onde as guerras se travam sobretudo nas mentes das pessoas (Kitson, 1971, p. 70), as medidas referidas na definição apresentada constituem a manobra psicológica e devem ter presente a premissa de Beaufre, que "a nível psicológico se deve saber perdurar, pelo que se devem desenvolver as forças morais de combatentes e população" (2004, p. 127). Porém, esta manobra além das vertentes salientadas por Beaufre, deve ainda incidir sobre as forças da subversão e no meio externo, devendo ser adaptada aos diversos alvos, assente em ideias-força que explorem as motivações que sirvam os objectivos visados e numa informação pública séria e oportuna capaz de neutralizar os efeitos das notícias da subversão (Couto, 1989, p. 317-319).

Para a utilização da acção psicológica sobre as populações ser rentável, é necessário ter sempre presente que os civis não podem ser tratados passivamente, manipulados ou como um actor invisível pois, muitas vezes, são eles que manipulam os actores centrais de forma a despoletarem o seu conflito (Kalyvas, 2003, p. 481). Nesta ordem de ideias, é imperiosa uma análise do contexto da sua vida social e das suas estruturas, como operam as sociedades e como inter-reagem as redes do poder, como se relacionam e sobrepõem, como é feita a distribuição do poder social e como participam as elites no processo de decisão política e não política, qual o papel das autoridades tradicionais e de outros actores não políticos capazes de influenciar ou mesmo condicionar as decisões políticas, quais as motivações e importância dos grupos. Em

seguida é necessário sintetizar o quadro emergente destas análises, definindo coeficientes de reactividade, enunciando as ideias–força que esses coeficientes aconselhem para, posteriormente, se explorarem, através de todas as estruturas possíveis e dos diversos tipos de propaganda (Monteiro, 1989 a, p. 37 e Branco, 2004, p. 155). Consideramos este esquema válido, tanto para a acção subversiva como para a contra-acção, por parte do Poder desafiado.

Nesta actuação é primordial para a população sentir uma presença do Poder formal com forças policiais e militares, visando manter/restabelecer um clima de segurança e de confiança, dissuadindo ainda eventuais actuações subversivas. Esta actuação, como já vimos neste capítulo, deve ser acompanhada de uma acção sócio-económica de apoio, devidamente explorada através das diversas técnicas.

Sobre as forças da contra-subversão também se deve exercer importante esforço psicológico<sup>11</sup>, procurando manter e fortalecer o moral dos combatentes. Este esforço desenvolve-se através de acções de educação moral e cívica, pela justiça na aplicação de penas e recompensas, pela qualidade do equipamento, pela informação, através de jornais de parede e de unidade, cartazes, programas de rádio e símbolos heráldicos, entre outros. Para além de procurar manter o moral e a eficiência, a actuação psicológica deve ser orientada de molde a obter a participação consciente na manobra sócio-económica, na dignificação e promoção das populações locais e salientar a importância do seu consentimento para a presença militar.

A actuação psicológica também é orientada para o apoio das operações militares e visa um objectivo triplo: as forças inimigas combatentes, os respectivos quadros políticos e as populações sob a sua influência. Nestas actuações, devem ser utilizados os diversos instrumentos e meios de propaganda e, após captura, o contacto directo e pessoal e, em simultâneo, exercerem-se acções militares punitivas, visando desgastar o In pela atrição. As declarações dos “apresentados” devem ser exploradas no apoio às operações, também psicológicas, dado que é um dos elementos que permite a análise das motivações das populações sob controlo subversivo. No apoio das operações militares a actuação pode ser pré-planeada ou de oportunidade; aproveitando estas condições vantajosas em exploração do sucesso ou como esclarecedora, do tipo “operação verdade”.

Quanto ao adversário, deve-se ter por objectivo a sua desmoralização, dando-lhe a sensação de insegurança, da impotência e descrença do seu êxito, que o conduza à rendição ou à possível colaboração. Deve ainda procurar-se isolá-lo da população, para que se sinta em ambiente hostil. Levar os elementos da subversão à rendição ou apresentação deve ser feito de forma clara, não

---

<sup>11</sup> No caso de as Forças serem da OTAN não é doutrinarmente possível exercer acção psicológica sobre elas, deve-se sim efectuar informação interna. Temos no entanto a certeza que a fronteira entre ambas pode ser muito ténue.

só nas condições estabelecidas para a rendição, mas também na forma como os desertores se devem apresentar; deve ainda procurar-se induzir o adversário a interpretações incorrectas das atitudes das forças militares.

Na actuação psicológica a nível externo, a contra-subversão procurará obter o máximo de apoios e negar ou reduzir o apoio da comunidade internacional às forças da subversão, descreditando-lhe a sua acção (Couto, 1998, p. 318 e Canonico, 2004, p. 11)

A contra-subversão conduz a manobra psicológica através da propaganda, da contrapropaganda e da informação, visando a primeira a imposição sobre a opinião pública interna e internacional de certas ideias e doutrinas e procurando a segunda neutralizar a propaganda adversa. A informação pretende esclarecer, fornecendo elementos aos indivíduos para melhor fundamentarem a sua opinião (EME, 1966 c, cap. 1, p.5).

As técnicas de propaganda que devem servir para informar, impressionar, co-optar/coagir e não necessariamente para matar (Manwaring, 2004, p. 13), foram desde sempre utilizadas pelo Poder como forma de acção psicológica e com o objectivo de: induzir opiniões e comportamentos por diversos métodos de pressão, para a modificação e persuasão; ou para converter os espíritos, para recrutar e expandir um ideal (EME, 1966 c, cap. III p. 7-12).

Os processos utilizados que tenderão a explorar ressentimentos, descontentamentos e esperanças da população (Pinheiro, 1963, p. 39-43 e EME, 1966 c, cap. VI p. 1-13), vão desde a técnica de panfleto ao uso dos modernos meios de comunicação social. Estes últimos, no século XX, com o seu carácter universal e instantâneo, participam na elaboração de uma mentalidade colectiva, atribuindo-se-lhes um extraordinário poder pelo esforço de persuasão, pela manipulação das massas e pela eficiência ao conseguirem através das *mind munitions* (Taylor, 1992), provocar com relativa facilidade desequilíbrios comportamentais. Este poder dos *media* (que por si só são capazes de, querendo, manipular/fabricar a opinião pública e mesmo criar uma psicose colectiva) e a transparência das actuais sociedades políticas (no que diz respeito à circulação de pessoas e ideias) favorecem o fenómeno subversivo.

Mas a transparência das sociedades actuais também alterou as capacidades dos meios de acção psicológica, permitindo uma maior facilidade de transmissão de informação mas, ao mesmo tempo, também é mais difícil sustentar percepções (Metz, 2004, p. 14).

A conquista das populações hoje em dia envolve, pois, necessariamente o uso dos *media* como difusores e amplificadores de ideias–força, através de todas as estruturas e tipos possíveis de propaganda, quer apoiem, directa ou indirectamente, a autoridade ou a subversão. Hoje, os *media*, serão mobilizados desde bem antes do inicio das hostilidades, de modo a catalisar a opinião pública e garantir a oposição ao agressor (Pereira, 2005, p. 346-347). Para desenvolver

essas actividades, carecem de matéria explorável como o desencadear de acções violentas, os feitos e atitudes dos sujeitos da acção e seus aliados e os erros cometidos pelo adversário, entre outros, pretendendo reforçar a legitimidade da Autoridade estabelecida (Galula, 1961, p. 21-22).

No futuro, a psicotecnologia disponibilizará novos instrumentos capazes de influenciar crenças e sentimentos, o que incrementará ainda mais o papel da guerra psicológica e dos chamados guerreiros da informação, que aprendem a implantar falsas realidades e a induzir movimentos psico-culturais e políticos, em prol de determinados interesses nacionais, criando uma realidade virtual quando a realidade efectiva contradiz os imperativos estratégicos de momento, no fundo, uma verdadeira guerra de representações, na expressão de Alexandre del Valle (2001, p. 220).

A manobra psicológica não pode actuar isoladamente, devendo ser coordenada e integrada, de forma coerente, em todos os escalões com as restantes manobras.

### **3.4. A manobra de informações**

Já Sun Tzu, na Antiguidade, sustentava que “a chamada «presciência» ou «previsão» não pode ser deduzida dos espíritos, nem dos deuses, nem por analogia com os acontecimentos passados, nem por cálculos. Ela deve ser obtida por homens que conhecem a situação do inimigo” (1974, p. 293) sendo esta a razão do êxito do príncipe iluminado ou do general vencedor (1974, p. 301).

A expressão de Sun Tzu contém em si uma verdade actual e premente para justificar a necessidade da existência de um eficaz e eficiente sistema de Informações, pois os órgãos de soberania, que têm por obrigação manter a integridade do território, das suas fronteiras e garantir a segurança e bem estar das suas populações, estão sempre dependentes de um conhecimento oportuno e o mais completo possível das ameaças ou actividades hostis, para poderem orientar o dispositivo e a prontidão dos meios de defesa e segurança (Cardoso, 1993, p. 8), dado que a resolução de problemas desconhecidos são sempre de mais difícil solução.

A actividade de Informações envolve um complexo processo de definição e orientação do esforço de pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação das Informações, as quais devem ser oportunas, precisas e adequadas. Esta é uma actividade permanente, global e transversal a todas as actuações do Poder e é desenvolvida interna e externamente. Sem ela, não é possível saber onde se encontra o inimigo, e em ambiente subversivo muito menos quem é ele, dada a sua diluição no seio da população.

Na contra-subversão, as Informações para além de flexíveis, em constante adaptação e de se desenvolverem com iniciativa, possuem características distintivas. O esforço de pesquisa deve ser correctamente orientado não só para o inimigo, para o terreno e para os meios, mas também e sobretudo para a população. Aquela orientação exige que as estruturas estejam sensibilizadas e

instruídas para tal esforço, pois “a eficiência começa por quem concebe os planos de pesquisa e/ou orientando o respectivo esforço, compreenda a globalidade do conflito se aperceba com sensibilidade das suas especificidades” (Monteiro, 1993, p. 180) em cada Teatro.

Em Informações, a pesquisa constitui um meio privilegiado para a obtenção de dados relativos ao conhecimento da tessitura humana e da sua postura no confronto. Neste tipo de conflito as actividades de *intell* possibilitam estratégias preemptivas e preventivas, e devem ser efectuadas a todos os níveis numa atitude pró-activa para detectar com oportunidade actividades e impedir que a subversão obtenha informações, empregando diversos métodos, dos quais destacamos entre outros: IMINT (*Imagery Intelligence*); COMINT (*Communications Intelligence*) SIGINT (*Signal Intelligence*); HUMINT (*Human Intelligence*) este com um papel de relevo face à sua proximidade com as populações.

No período preventivo é necessário estudar e equacionar diversos cenários e inimigos e qual a probabilidade da sua revelação; depois é sempre fundamental conhecer o seu móbil, a sua organização, o meio onde pretende actuar, as motivações da população que podem ser exploradas, proceder à identificação de indivíduos empenhados em actividades subversivas, determinar contactos no exterior, detectar actividades subversivas e identificar a sua natureza, nomeadamente os seus objectivos e, accionar actividades de contra-informação (Couto, 1989, p. 316 e Alves, 1999, p. 288).

A informação de carácter essencialmente militar assume preponderância no período de intervenção e, a de nível estratégico, deve garantir o estudo e acompanhamento constante das organizações através das quais a subversão exerce ou poderá exercer a sua acção (Alves, 2005). Neste período, para permitir o planeamento e acompanhamento das operações, carecem os executores de uma preparação mínima, quanto ao terreno humano, sob o ponto de vista étnico, linguístico, religioso e ideológico. Sem esse conhecimento, não é possível empreender com êxito a conquista da adesão das populações, em que Lawrence foi um mestre. A sua preparação iniciou-se muito antes da guerra. Ele percorreu durante muitos anos o Oriente semítico, aprendendo as maneiras dos camponeses e dos homens das tribos e dos cidadãos da Síria e da Mesopotâmia (Lawrence, 2004, p. 55).

Os diversos organismos que trabalham as Informações e se encontram distribuídos pelos serviços específicos das várias estruturas do Estado não podem desenvolver as suas actividades sem coordenação e em sobreposição, correndo o risco de induzirem o Poder em erro relativamente a várias situações.

Aqueles a quem compete a tomada de decisões dentro dos órgãos de soberania necessitam de um organismo que centralize e coordene as Informações dos vários serviços existentes e que

elabore análises oportunas e prospectivas sobre problemas ou atitudes, que envolvam decisões àqueles níveis. Desta forma, evitar-se-á a dispersão.

As Informações não só são fundamentais para as actuações armadas como valiosíssimas para o planeamento e condução da acção psicológica; pois, uma acção para desequilibrar as populações em favor do seu controlo, para ser rendível, pressupõe Informações precisas e os diversos órgãos em sintonia no seu esforço de pesquisa, para saber como, onde e quando se deve actuar.

Creemos que, se fizermos o aferimento dos conceitos expostos para os processos de acção gerais, será necessário o controlo unificado do binómio Informações/acção psicológica.

### **3.5. A manobra militar**

Em ambientes de cariz subversivo, apesar da manutenção e do restabelecimento da ordem serem uma responsabilidade primária das autoridades administrativas, as FA podem ser chamadas a intervir em apoio adicional das autoridades policiais. As FA podem assim ter de actuar como força de ordem pública, em situações como o controlo, dispersão de multidões e supressão de motins. Todavia, quando as referidas forças forem chamadas a intervir com essa finalidade, as responsabilidades, as áreas de intervenção, a missão, as dependências e as competências devem estar muito bem definidas, para não deixar, a quem se encontra no terreno, margens para dúvidas da cadeia de comando.

Em contra-subversão, o recurso às acções do domínio militar só se deve verificar no tempo e lugar que verdadeiramente o exija para repor a situação (Alves, 2005), desempenhando o poder militar um papel ofensivo ao nível tático e operacional, e defensivo ao nível estratégico (Collins, 2002, p. 190).

A manobra militar da contra-subversão visa essencialmente os objectivos intermédios 1 e 3 já referidos, e desenvolve-se através de acções ofensivas e defensivas, especiais e regulares, internas e externas. A modalidade de acção estratégica a adoptar depende muito da fase em que o fenómeno se encontra, do grau de liberdade de acção e da tipologia subversiva.

Para Cabral Couto, se estivermos na 1º fase da subversão, ela deve ser indirecta e total; sendo que ao nível da manobra militar interna, as acções devem ser directas e de desenvolvimento de um dispositivo denso que sirva de dissuasor (1988, p. 300). As FA, como já referimos, podem e devem colaborar com as autoridades administrativas e a sua capacidade militar sobrance deve ser utilizada em actividades sócio-económicas. Durante todo o período preventivo e pré-insurreccional visa-se a pesquisa permanente, o fortalecimento das estruturas políticas e sociais, uma acção psicológica adequada e a neutralização dos agentes e estruturas subversivas.

Na 2ª fase, a coacção deve ser física e fazer-se tudo para evitar a transição para o período insurreccional, situação que a verificar-se é indicadora que a manobra do Poder formal já falhou no seu papel preventivo. Na 3ª fase, devemos estar cientes que o tempo, neste tipo de conflitos, joga sempre a favor “de quem o souber aproveitar” (Couto, 1989, p. 304), pelo que o Poder instituído pode ter de recorrer a acções de lassidão, procurando a vitória fora do campo militar.

A acção militar para apoiar uma modalidade de acção estratégica de contra-lassidão e visar o “forte” do adversário deve ser eminentemente directa, incidir sobre a neutralização e destruição da estrutura adversária, dos seus chefes, dos seus recursos e forças militares/para-militares, interditar linhas de comunicações e reconquistar território, proteger infra-estruturas, procurando desequilibrá-lo, evitar o seu alastramento e proteger fisicamente a população (Couto, 1989, p. 304-307), utilizando as mais diversas técnicas, ao mesmo tempo que se procura preservar e fortalecer o Poder de facto e conquistar a adesão das populações. Assim, a sua actuação deve ser eficaz, executando acções numerosas e proveitosas, mantendo sempre a iniciativa, com grande mobilidade e com um eficiente sistema de *intelligence* a apoiar.

No fundo, nesta fase é fundamental para a manobra militar ganhar tempo para a manobra política, procurando obter o espaço e as condições de segurança necessárias para se poderem concretizar as actuações das outras manobras parcelares.

Na 4ª fase, a actuação militar é prioritária, procurando a destruição, ou pelo menos a redução do potencial do adversário. As forças militares devem ser libertadas de outras tarefas para poderem combater o inimigo armado e evitar a todo o custo a entrada na fase final.

Independentemente da fase em que a subversão esteja, as missões das forças militares numa guerra desta tipologia devem ser as seguintes: Defender pontos sensíveis; protecção de itinerários e escoltas; patrulhamentos e nomadização; cerco e batida; limpeza/rusga de uma povoação; golpe de mão; emboscada; interdição de fronteira; operações de ordem pública e a monitorização de actividades (EME, 1966 b e CECA, 1990, p. 145-152).

A manobra militar interna visa fundamentalmente a destruição física da organização subversiva e actua concorrentemente com as outras manobras na procura de alcançar um clima de confiança e de segurança que permita a normalização das actividades, pelo que deve actuar punitivamente sobre os grupos armados que prejudiquem a manobra sócio-económica, expulsando-os dos territórios da zona de esforço, procurando ao mesmo tempo aliciá-los para o lado da autoridade.

A este propósito é interessante verificarmos o novo conceito dos Marines norte-americanos, *Progressive Reconstruction*, elaborado com base nos ensinamentos coloniais franceses do Marechal Lyautey, onde a intervenção militar deixa de ser uma operação de combate pura, para

ser uma acção político-militar, de comando unificado, que possibilita uma transição imediata do combate para a administração do território (mesmo que as acções de combate continuem), reduzindo assim os vazios de poder (Rohr, 2004, p. 48-49).

Por norma, é adoptado um dispositivo de quadrícula, com unidades estáticas que estão mais próximas da população e onde se procura que os limites dos sectores correspondam aos limites administrativos. As tropas devem ficar instaladas entre a população e viver como ela. Esta proximidade e vivência leva a um consentimento e aceitação da sua presença (Galula, 1964, p. 108). Este dispositivo permite ainda um maior controlo das populações, bem como um apoio social e sanitário mais extensivo. Além disso, facilita a pesquisa de Informações, permitindo, assim, uma mais eficaz acção psicológica e a intervenção oportuna de outras forças em operações de afirmação de soberania.

O dispositivo só fica completo com uma articulação a forças de intervenção (locais e gerais) que devem ser dotadas de grande mobilidade, capazes de efectuarem acções de reforço da ocupação militar, isolamento, protecção, busca e flagelação, aniquilamento ou redução e reconquista (Couto, 1989, p. 359). Este dispositivo deve permitir a execução de missões defensivas e ofensivas provocando o desgaste físico e moral do inimigo, mantendo as FA a iniciativa e a liberdade de acção.

Num Teatro de Operações (TO) essencialmente urbano, a mistura dos elementos subversivos com a população é máxima, sendo mais difícil isolá-los, situação que levanta constrangimentos ao emprego de alguns meios militares com grande poder de destruição, pois é necessário ter sempre em conta uma relação causa/efeitos provocados e a opinião pública (Taw e Hoffman, 2005, p. 21).

A acção militar externa é encarada como uma possibilidade, mas depende da relação de forças e da liberdade de acção; porém corre-se o risco de contágio, ou seja, do alastrar do conflito. Esta manobra pode incluir acções de dissuasão com base na ameaça ou com demonstração de força ou de intervenção, como intervenção aberta em força, mas podem ser intermitentes; acções progressivas clandestinas ou de represália militar; intervenção armada localizada ou mesmo invasão (Couto, 1988, p. 353 e Alves, 1992, p. 167).

A nível externo outras alternativas são equacionadas, como o conceito de utilização de uma política de *Foreign Internal Defense* norte-americana (Metz, 2004, p. 16), que se traduz no apoio ao nível da estratégia global a um Estado, para combater ou o proteger da subversão, e que pode incluir actividades que vão das operações de combate, à assistência técnica, exercícios conjuntos, ao apoio logístico, treino militar ou à partilha de Informações. Este apoio pode inclusivamente ser efectuado através da subcontratação do novo e discreto instrumento de intervenção, as

empresas militares privadas, que acabam por ser uma extensão das políticas externas dos Estados de origem (Singer, 2004 b).

A manobra militar pode também ser desencadeada por uma OI ou coligação. Neste contexto, a OTAN posiciona-se como uma entidade com capacidade de tornar conseqüente qualquer operação contra esta ameaça errática, que possui uma maleabilidade orgânica extraordinária. Por outro lado, a OTAN surge como o único instrumento operacional capaz de influenciar outros sub-sistemas geopolíticos (Romana, 2004, p. 262).

O emprego de métodos militares convencionais contra um só indivíduo identificado são falíveis, veja-se na Guerra contra os Talibã/al-Qaeda no Afeganistão (Mongiardim, 2004, p. 426). Este motivo por si só é o justificativo da necessidade de acções especiais. Estas são por norma esporádicas e nelas se incluem entre outras a eliminação de líderes com papel chave, muito desenvolvido pelos israelitas (Beckett, 2005, p. 14), acções nos países apoiantes quer através de operações de sabotagem, infiltração de agentes ou apoio a movimentos subversivos, numa resposta em “espelho” como fizeram os norte-americanos no Laos (O’Neil, 1990, p. 152). Estas acções colocam por vezes problemas éticos que devem ser equacionados, uma vez que são passíveis de forte reacção da opinião pública internacional (Couto, 1989, p. 356).

No que respeita ao terrorismo transnacional, as FA desempenham um papel específico para lhe fazer face, primeiro na prevenção e depois no combate, integrando a sua actuação, sempre, uma componente cooperativa entre os diversos países, e em estreita colaboração com os diversos serviços e forças de segurança.

Assim, tendo a noção da necessidade de se optimizarem e maximizarem as condições e meios específicos de cada Estado, e tendo por base o *Military Concept for Defense Against Terrorism* da OTAN, de 2002, e os relatórios das NU *In larger Freedom*, de 2005 e *A more secure world*, de 2004, as acções militares a desenvolver devem ser concretizadas no seguinte âmbito:

- Medidas defensivas, ou anti-terroristas, com um carácter dissuasor e preventivo, de forma a reduzir vulnerabilidades;
- Medidas ofensivas, ou contra-terroristas, com acções tácticas de destruição das capacidades terroristas e daqueles que os apoiam, em qualquer localização geográfica;
- Colaborar na definição e implementação de medidas de gestão das conseqüências, ou controlo de danos, de forma a minimizar os efeitos de uma ameaça concretizada.

Pela análise efectuada neste sub-capítulo podemos concluir que a manobra militar desempenha um papel primordial, pois este tipo de guerras, apesar de não se vencerem militarmente, perdem-se pela inacção militar.

#### **4. CONTRIBUTOS NACIONAIS PARA UMA ESTRATÉGIA CONTRA-SUBVERSIVA.**

Neste capítulo iremos efectuar o estudo de caso português na sua luta contra-subversiva, iniciando pela análise da experiência na ora generalizadamente chamada “Guerra Colonial”, esta de uma forma mais detalhada porque, no contexto da guerra-fria, se tratou de uma intervenção global do Estado contra uma subversão de tipologia popular, com um referencial ideológico associado ao marxismo-leninismo, procurando a independência. Depois, efectuaremos a analogia daquela actuação com a actual intervenção em missões de paz, esta de forma mais sucinta, porque a participação é apenas parcelar, contra as diversas tipologias subversivas, dos Balcãs ao Afeganistão, passando pelo Congo, no contexto do actual e pouco previsível sistema internacional.

Portugal, entre 1961 e 1974, enfrentou a mais extensa linha de batalha do mundo (Moreira, 2001, p. 11), exercendo acções de afirmação da soberania em três TO, em territórios continentais africanos diferenciados, distantes da capital política, e distanciados entre si. Assim, podemos considerar a experiência portuguesa em África como vasta, mas apenas circunscrita a uma tipologia subversiva. Apesar desta limitação, como veremos na análise elaborada, face sobretudo à organização, base de apoio, ideologia e forma de actuação, consideramos que são possíveis identificar contributos para a luta contra outras tipologias subversivas, como a *lumpen*, clânica e, em algumas situações, para a subversão global.

Mas a experiência portuguesa em contra-subversão também tem sido posta à prova em algumas intervenções militares a nível internacional, onde as FA constituem um privilegiado instrumento da política externa do Estado.

##### **4.1. A experiência portuguesa nas campanhas de África (1961-1974)**

Pelas suas características, a subversão de tipo popular, visava a população como um todo, contexto que foi desgastando o Poder português perante a comunidade internacional (admirada com a determinação lusa), principalmente devido à falta de iniciativa política para negociações paralelas à acção militar, sobretudo em períodos de supremacia.

A resposta contra-subversiva desencadeada pelo Governo Português exigiu uma “acção coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as autoridades administrativas e as populações, (...) uma atenta vigilância na retaguarda” (CECA, 1988, p. 122) e uma integração das cinco manobras parcelares referidas no terceiro capítulo, política/diplomática, sócio-

económica, psicológicas, de informações e militar, sendo envolvidos nesta acção numerosos efectivos.

A actuação portuguesa foi a «possível», claro está, pois Portugal teve de conduzir a guerra de forma a minimizar o impacto desta nas estruturas sociais portuguesas, pelo que tinha de manter, forçosamente, um ritmo lento, compatível com os recursos disponíveis e, em simultâneo, disseminar um tal fardo o mais possível pelos territórios africanos. Em última análise, traduzir-se naquilo a que John Cann designou por “o modo português de fazer a guerra”, derivado de uma estratégia nacional de poupança dos recursos limitados de que dispunha (Cann, 1998, p. 245), dependendo a eficácia da organização global da contra-subversão muito do espírito de cooperação entre as autoridades civis/militares.

#### **4.1.1. A manobra político-diplomática**

O Governo Português tomou a decisão de ficar em África. A resistência portuguesa, face às suas responsabilidades pela segurança das populações e pela preservação dos seus bens, era justificada como um imperativo de justiça e de legítima defesa consagrada no Direito Natural e na Lei Internacional, pelo que esta devia ser uma atitude colectiva (Caetano, 1969, p. 53).

A nível político-diplomático, a resposta portuguesa assentou na procura de angariar apoios e de os manter nas principais OI da qual fazia parte, como a OTAN e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Face às NU, quando inquirido nos termos do Art.º 73º da respectiva Carta, Portugal respondeu durante 19 anos (desde 14 de Dezembro de 1955), que os seus territórios ultramarinos já eram independentes com a independência da Nação, pelo que o imperativo era o de manter, defender e desenvolver o Ultramar.

Bilateralmente, Portugal procurou sempre manter os apoios da República Federal da Alemanha, da França e da Espanha. Com os EUA, as oscilações foram frequentes e de acordo com as suas conveniências a cada momento, desempenhando as Lages um papel importante.

Em 1961, o Ministro do Ultramar, à semelhança do que os ingleses fizeram na Malásia a partir de 1954, efectuou a concentração de poderes do Governador-Geral e do Comando-Chefe numa só entidade, tanto em Angola como em Moçambique; na Guiné, a situação de Governador e Comandante-Chefe (CC) surge em 1968 com o General Spínola. Esta decisão enquadrava-se na revisão do esquema administrativo, exigida pela natureza institucional dos territórios que, segundo Adriano Moreira, não podia deixar de ser aplicada naquelas circunstâncias, não podendo no entanto levar à confusão da administração com a resolução exclusiva dos problemas militares; antes era, mais do que nunca, necessário não esquecer as prementes carências das

populações, da economia, da política social, do ensino e da saúde (1961).

Porém, por muito esforço e boa vontade que existisse, o processo de decisão era moroso, com a agravante de, internamente, a nível de CC, existirem já dificuldades na coordenação de operações inter-ramos e, a nível civil, a burocracia estrutural instaurada tornar o sistema rígido, tendo, como seria de esperar, as FA uma maior disponibilidade de recursos. Esta situação conduziu à posterior separação de poderes que, segundo Silva Cunha, terá sido ditada pela prática política, face ao volume de pastas e de problemas, que se revelou prejudicial para ambas as funções (2005).

Nestas situações onde os poderes estavam separados, foi criada legislação que permitia ao Governador tomar decisões com as quais o CC não estivesse de acordo, assumindo, o primeiro, nessas circunstâncias, inteira responsabilidade dessas decisões perante o Governo<sup>12</sup>. Independentemente das diferenças assinaladas, havia uma correspondência entre as divisões administrativa e militar.

Após a experiência vivida na ONU, Portugal queria ganhar alguma credibilidade na comunidade das nações, pelo que implementou diversas reformas, como foi o caso da revogação do estatuto do indígena<sup>13</sup>, uma nova Lei das Terras<sup>14</sup> e um novo Código de Trabalho<sup>15</sup>, colocando os africanos em igualdade com portugueses de origem europeia.

#### **4.1.2. A manobra sócio-económica**

Segundo Gomes Bessa, em actuações contra-subversivas, apenas 10% a 20% do esforço deverá ser despendido em operações militares, ao passo que os programas sociais e políticos, compreendendo actividades diversificadas, representarão mais de 80% (1972, p. 407). Nesta ordem de ideias, também a base do esforço português visava não só a actuação militar pela atrição, mas também uma actuação social e psicológica, no sentido de conquistar plenamente os corações. O Poder português acreditava ainda que com o apoio de uma acção social e educativa se podia realizar uma acção psicológica que arrastasse os autóctones ainda não “contaminados”, ou os pouco seguros, para a causa portuguesa, fazendo que não temessem a tropa, pois ela estava em África para os proteger dos inimigos de Portugal, que eram também inimigos deles (ASDHM, 20 de Setembro de 1962). A conjugação da actuação psicológica com a manobra social originou o termo psico-social, que ficou designado na gíria militar por Apsic.

---

<sup>12</sup> A este propósito devemos detalhar no Decreto-Lei 43560 de 23 de Março de 1961, nomeadamente no seu Art.º 7º

<sup>13</sup> Decreto-Lei N.º 43893, de 6 de Setembro de 1961.

<sup>14</sup> Decreto-Lei N.º 43894, de 6 de Setembro de 1961.

<sup>15</sup> Decreto-Lei N.º 44309, de 27 de Abril de 1962.

Nos territórios continentais africanos onde era exercida a soberania portuguesa, as pedras-base da actuação sócio-económica foram o reordenamento populacional, a construção de aldeamentos e colonatos e, de uma maneira geral, a promoção escolar e sanitária, a assistência religiosa e o progresso económico, com o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio.

Desde 1961 que as brigadas do Serviço de Acção Psico-Social visitavam as povoações, procurando promover melhores condições sócio-económicas para as populações. Antecipando-se ao confronto, recolhiam informações e preparavam as populações para aquilo que se designava por defesa civil (Coelho, 1993, p. 197).

A responsabilidade primária da acção social competia às autoridades civis mas, naquele pano de fundo, as FA eram, já em 1961 e mesmo depois, a instituição que melhor se podia incumbir daquela acção (ADSHM, 20 Setembro 1962). Aos militares, nomeadamente ao Exército, competiu-lhes, com o emprego da sua capacidade militar sobrance, através da estrutura administrativa, arcar com uma responsabilidade significativa na promoção sócio-económica das populações e efectuar algumas mudanças nas diversas áreas. Funcionaram escolas, construídas e mantidas pelo Exército, em que os militares ensinavam a ler e escrever, desenvolvendo ainda actividades de educação física. A acção de assistência sanitária que foi desenvolvida nas sedes de Unidades e por equipas itinerantes, revelou-se um poderoso meio de cativar populações.

No TO da Guiné, o General Spínola, durante o período em que foi Governador e CC das Forças Armadas (de Março 1968 a Setembro 1973), procurou retirar à subversão o “substrato dinâmico” de carácter social em que esta se apoiava e, colocá-lo ao serviço da contra-subversão, “combatendo ideias com ideias” (Spínola, 1970, p. 15), uma vez que estava consciente de que um plano de contra-subversão não se projectava “no campo da missão das Forças Armadas, mas sim no campo do fomento económico e social e da promoção cultural das populações” (Spínola, 1969). A execução da manobra contra-subversiva, preconizada pelo General, visava o sector da manobra militar, o da promoção sócio-económica e o da manobra psicológica, estando a manobra militar e a sócio-económica interpenetradas, mas desenvolvendo-se em esferas de acção diferenciadas – fomento e segurança – correspondendo-lhes, também, acções diferenciadas.

Face ao plano atrás expresso, vinha a ser desenvolvida, entre as populações, oportuna campanha psicológica baseada nas promessas de “Uma Guiné Melhor”, que satisfazia os seus legítimos anseios de promoção. Todavia, a manobra processava-se em clima de manifesta precariedade de meios, resultando, assim, por um lado, na impossibilidade de se atingirem os objectivos sócio-económicos e, por outro, numa indecisão no campo militar. Mas, apesar dessa precariedade, foi decidido exercer o esforço no plano sócio-económico em detrimento da manobra militar. Esta decisão envolvia riscos, minimizados pelo ajustamento de dispositivo.

O Poder português procurava proporcionar uma melhoria das condições de vida das populações pela prática de reordenamento e do conseqüente aldeamento. A política de agrupar populações envolvia responsabilidades acrescidas para o Governo e para as FA; assim, as medidas adoptadas deveriam revelar-se eficazes, no tocante à segurança das populações e dos meios de subsistência (Cardoso, 2000, p. 327).

Em Moçambique os primeiros aldeamentos só foram construídos em 1966. Contudo, só em finais de 1968 é que a política começou a tomar forma concreta, estando em Outubro de 1973 perto de um milhão de moçambicanos reagrupados em 895 aldeamentos e 125 pólos de atracção — estes situados nos Distritos da Zambézia e da Beira (AHM, 2-7-131-24, 1973). Na Guiné, o reordenamento das populações e a organização das tabancas em autodefesa, foi determinada em 30 de Setembro de 1968 (ADIEMGFA, 30 de Setembro de 1968).

A política de aldeamentos promovida pelo Poder português, apesar do êxito global, sofreu diversos reveses pois, o facto de se retirarem as populações dos locais tradicionais provoca rejeição, aproveitando aquelas todos os pretextos para dificultar ou retardar os trabalhos inerentes à construção dos aldeamentos ou para os abandonar, regressando à mata; por outro lado, a insipiência de alguns aldeamentos, que estavam longe de constituir “pólos de atracção”, acabaram também por ser um factor determinante da atitude de fuga ou rejeição à política de reordenamento (Cunha, 1977, p. 347).

A política do colonato visava, numa estratégia demográfica, proporcionar condições de fixação a militares desmobilizados e cativar portugueses europeus para os territórios africanos. Esta política, vivamente contestada pelos movimentos independentistas, não foi muito profícua. Foram poucos aqueles que quiseram ser os pioneiros. Até 1973 apenas se instalaram algumas centenas de imigrantes de origem madeirense e transmontana, mas com fraca formação técnica quer no colonato da Ceta em Angola quer no Vale do Zambeze em Moçambique (Isaacman, 1983, p. 101).

Em síntese, no planeamento e execução da manobra sócio-económica para apoio às populações, as acções do Poder estabeleceram uma quadrícula com as suas unidades militares, proporcionando: segurança e apoio às populações; segurança à actuação dos serviços do Estado em proveito das populações; apoio à rede de escolas rurais garantindo o seu funcionamento e a segurança dos alunos, dos professores e das instalações; apoio a trabalhos de obras públicas e de estradas; apoio ao abastecimento de água através de poços, barragens e furos artesianos e apoio através dos diversos meios de transporte.

### 4.1.3. A manobra psicológica

Na resposta dada pelo Poder português ao desafio colocado pela subversão inseriu-se uma intensa manobra psicológica com a finalidade de separar as populações da guerrilha, desmoralizar o adversário e fomentar as apresentações. Podendo apenas exercer-se por si, foi utilizada como complemento ou adjuvante de qualquer das outras manobras.

O Poder português estava ciente de que o desencadear da subversão violenta colocara as populações debaixo de uma tensão de características psicológicas suficientemente maleáveis para que, mercê de uma propaganda firme, a personalidade colectiva aderisse, ou por convicção ou por medo, à vontade condutora que mais objectivamente se insinuasse (ADSHM, 14 de Novembro de 1964).

Consideramos que a acção psicológica desenvolvida pelo Poder durante as campanhas de 1961-1974 se exerceu sobre as populações (europeia e africana), sobre as FA (para apoio das operações e elevação do moral dos combatentes) e sobre os elementos da subversão.

A actuação sobre a população europeia metropolitana visava mais o sector da informação pública e da propaganda do que o da acção psicológica. Neste âmbito, é de assinalar, pelo grande impacto que tinham sobre a opinião pública, as comemorações do “Dia da Raça”, onde eram entregues em cerimónia pública medalhas aos militares e ex-militares, bem como a transladação dos corpos dos combatentes para a sua terra de origem e as transmissões televisivas de boas-festas a partir dos diferentes TO. Mas a população de origem europeia nunca foi um objectivo consistente; a actuação psicológica sobre ela, “pelo menos durante a maior parte da duração do conflito, parece ter sido insuficiente e de efeitos reduzidos” (CECA, 1988, p. 390-391).

Com o decorrer da guerra, apesar do muito esforço feito, os mecanismos de accionamento e/ou opinião que utilizavam censura improfícua, propaganda predominantemente “branca” no terreno e acção psicológica de tutela dividida (para populações controladas e para não controladas) (Monteiro, 1989 a, p. 29), levaram a que a informação pública respeitante à guerra, que inicialmente ocorreu com desfasamento, passasse a ser exercida com restrições. Com o arrastar da guerra, a tendência conduziu ao acreditar noutras fontes que não as governamentais, pelo que, como é obvio, quer o quinta-colunismo quer a subversão extraíram os seus dividendos para accionamento psicológico.

Face ao elevado grau de importância da resposta psicológica, sobretudo devido ao seu efeito multiplicador de forças, numa guerra que envolvia essencialmente a conquista e adesão das populações, em nosso entender, justificava-se para o Poder português a existência de um serviço de acção psicológica a nível nacional. No entanto, nunca chegou a existir, encontrando-se o

conjunto das actividades relacionadas com esta acção dispersas por diversos órgãos e entidades o que, parece-nos, prejudicou muito o impacto final sobre os diferentes alvos. Este facto, associado a uma tardia e insuficiente organização da estrutura militar, nesta área, não possibilitou o lançamento oportuno e eficiente de uma campanha de contra-propaganda nem o combate, com êxito, ao efeito de lassidão.

Quando a guerra eclodiu faltavam ainda as estruturas de acção psicológica pois, anteriormente, era habitual atribuir essas responsabilidades à 2ª Repartição dos QG. Em Moçambique, só em 1963 viria a ser criada uma sub-secção de acção psicológica, individualizada em secção em 1965.

A rentabilidade desta acção foi afectada, não só pela já tradicional falta de verbas e pessoal especializado, mas também, pela falta de orientação e coordenação de todos os órgãos com possibilidades de participarem naquela actividade (AHM 2-7-138-2, 1965). O facto de não existir uma coordenação nos diversos níveis não impediu que, com os meios disponíveis, tivessem sido publicados regulamentos específicos e outras instruções ministradas nos cursos de formação de especialistas, estágios e palestras. Em todos os Teatros promoveu-se a criação de jornais da Unidade e jornais de parede, foram criados os centros informativos, promoveram-se palestras, apresentaram-se fotografias, filmes e publicações diversas, dísticos e cartazes. A nível do Estado-Maior do Exército, salientamos o Boletim de Informação e os folhetos da colecção “Soldado! Coisas importantes que deves saber”.

Face a um contexto internacional tão adverso e à diversidade de instrumentos e métodos utilizados pelos movimentos independentistas para desenvolverem a sua acção psicológica, as dificuldades em vencer eram enormes para Portugal. Os territórios eram muito extensos e distanciados entre si, depois havia a intensificação das actuações militares, uma falta de unidade de doutrina e uma ausência de directivas comuns civis-militares que definissem, com precisão, as responsabilidades de acção psicológica sobre as populações (ASDHM, 27 de Janeiro de 1970).

Só em 1970 é criada uma Comissão Interministerial com o objectivo de, a nível nacional, planear e coordenar a acção psicológica e a actividade dos diversos ministérios interessados. Esta Comissão só três anos depois promulga a Directiva n.º 1/73, sub-intitulada “Guerra Psicológica em Angola e Moçambique, 1973”. Aquela Directiva estabelecia para os Estados de Angola e Moçambique as missões de informação pública, propaganda, contra-propaganda, informação psicológica e missão de formação técnica. A partir da sua difusão era depois elaborada nos territórios uma directiva local, que abrangia civis e militares. Daqui, a nível militar, eram emanadas directivas em todos os escalões, que se desdobrariam em planos de acção trimestrais

(CECA, 1988, p. 393-397); contudo, nunca se passou de actividades dispersas de alguns órgãos e entidades tanto civis como militares, porém com impacto nítido no campo da acção psicológica.

Apesar da falta de estruturas e de um plano concertado para actuar àquele nível, algumas medidas foram tomadas com vista a atingir quer a população de origem europeia quer a população autóctone. Destaca-se o labor legislativo quer do Governo Central quer do Provincial. Aqui se inscreve a Lei Orgânica do Ultramar Português, Lei N.º 5/72, e a publicação a nível provincial de Directivas Gerais de Acção Psicológica, e de Directivas particulares, para a defesa psicológica dos distritos (ASDHM, de 21 de Maio de 1971), bem como as Normas de Execução Permanente (NEP) dos CC e das fichas de instrução.

Sobre as suas tropas o Poder português exerceu também importante esforço, procurando manter e fortalecer o moral e a eficiência. A actuação foi orientada de molde a obter a participação consciente na manobra sócio-económica e na dignificação e promoção do nativo.

Houve acções que contribuíam para o êxito da acção psicológica sobre as FA, como foi o caso das visitas de artistas, figuras públicas e altas entidades, destacando-se a actuação do Movimento Nacional Feminino e da Cruz Vermelha Portuguesa, que funcionavam como factor de elevação do moral dos combatentes, através de acções como a promoção do Natal do Soldado e das madrinhas de guerra, a visita aos feridos e a oferta de lembranças, entre outras.

A acção psicológica também foi orientada para o apoio das operações militares. O Poder desenvolvia actuação pré-planeada, dispensando particular atenção às competições desportivas, cerimónias religiosas, banjas, cerimónias de hastear e arrear da bandeira (ASDHM; 20 de Setembro de 1965) e distribuição de panfletos e cartazes, fotogravuras e dísticos. Sobre as forças portuguesas procurava-se efectuar contrapropaganda.

As declarações dos “apresentados” também eram exploradas no apoio às operações psicológicas, dado que, além do dispositivo, conseguiam-se analisar as motivações das populações sob controlo subversivo e ir ao encontro delas. A exploração das apresentações dos dirigentes dissidentes, através de entrevistas na televisão, conferências de imprensa, escrita de artigos e palestras, eram feitas com planeamento ou na exploração do sucesso de operações.

Quanto ao designado In, a actuação portuguesa, além de exercer acções militares punitivas que visavam desgastá-lo pela atrição, procurou isolar as populações da subversão, desmoralizá-lo, transmitindo-lhe uma sensação de insegurança e mesmo de impotência, procurando, em última análise, a sua rendição e posterior colaboração.

Na Guiné e em Moçambique, as populações islamizadas, que possuíam organização social de estrutura mais complexa do que a das etnias de religião tradicional, constituíam um campo importante a explorar do ponto de vista psicológico.

No Teatro da Guiné não houve um plano de acção psicológica específico para as comunidades muçulmanas, surgiam medidas avulso (o custear das despesas com a peregrinação a Meca de personalidades destacadas da comunidade islâmica e a construção de mesquitas), eventualmente de oportunidade, mas inseridas no vasto programa contra-subversivo, “Uma Guiné Melhor”, desenvolvido pelo General António Spínola<sup>16</sup>.

Os Fulas (islamizados, representando 22% da população), por um princípio de fidelidade ou de conveniência, colocaram-se habilmente do lado do Poder, logo desde o início. Ao fazê-lo, não só se defendiam como velavam pelos seus interesses. O evoluir da situação foi ditando a definição de posições que se traduziram em comportamentos diferentes face à subversão, desde uma franca colaboração a uma colaboração enquanto a força pendesse para o seu lado, passando por uma desconfiança e retraimento até a uma apatia absoluta (ADIEMGFA, Junho de 1971).

Em Moçambique, até 1967, as comunidades muçulmanas, nomeadamente no Niassa e em Cabo Delgado, denunciavam uma atitude desafecta ou mesmo hostil à Administração Portuguesa, e nos demais Distritos encontravam-se expectantes (Monteiro, 1989 b, p. 84). Até aquele ano, o comportamento tendencial das massas islamizadas foi habilmente aproveitado pela subversão, tendo grande número de dignitários islâmicos a ela estado ligados, pois esta os estimulava e utilizava na medida dos seus interesses (Monteiro, 1993, p. 346).

Para contrariar a actuação subversiva, ao nível dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, foi delineado um plano de acção psicológica específico para as comunidades muçulmanas. Aquele plano passava por quatro fases: detecção, captação, comprometimento e accionamento (Monteiro, 1993, p. 303-311). Este projecto arrojado, procurava promover como órgão interlocutor do Governo-Geral com as Comunidades Muçulmanas, a realização de um “Conselho de Notáveis”, pela via do qual se desencadeasse o envolvimento com o Poder. No conjunto, o plano conseguiu que, exceptuando casos pontuais, os líderes do Islão moçambicano integrassem de forma assaz activa, entre 1968 e 1972, o esforço da resposta da Administração Portuguesa à subversão, após o que entraram em retracção até 25 de Abril de 1974 (Monteiro, 1993 e Garcia, 2004).

Também a Igreja, embora numa perspectiva distinta, contribuiu para uma aproximação entre as comunidades muçulmanas e o Poder, com a publicação em 1966 da “Carta Fraternal do Bispo

---

<sup>16</sup> Podemos consultar sobre este assunto Spínola (1969 e 1970) e em Garcia (2000).

de Vila Cabral, D. Eurico Dias Nogueira, ao Muçulmanos da sua Diocese”. O mesmo Prelado repetiria a actuação com a construção de uma mesquita geminada com uma capela (1995, p. 74).

Uma outra atitude importante na captação, foram as mensagens dos Governadores-Gerais, em 1968, 1969, 1970 e 1972, que colheram a maior satisfação nas Comunidades islamizadas<sup>17</sup>.

Pelo exposto concluímos que o Estado procurou o aproveitamento pragmático dos muçulmanos e ganhar alguma autoridade, ou melhor, tentar obter, ou continuar a obter, os favores dos muçulmanos. As populações deixavam de ser espectadores, em nosso entender, e passavam a ser actores num teatro cujo pano de fundo era a disputa pelo seu controlo.

#### **4.1.4. A manobra de informações**

##### **4.1.4.1. A estrutura organizacional**

Aquela que designámos por “resposta/actuação possível”, em que o Poder português procurou desequilibrar as populações em favor do seu controlo, para ser rendível, pressupunha informações precisas e os diversos órgãos em sintonia no seu esforço de pesquisa, para saber como, onde e quando se deveria actuar.

Em 1950 foi organizado e estabelecido o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN)<sup>18</sup>, comportando uma 2ª repartição com a incumbência, entre outras, de estabelecer e accionar os Serviços de Informação Estratégicos. Posteriormente, em 1954, reorganizou-se a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)<sup>19</sup> e, pelo Decreto-Lei N.º 40541, de 2 de Fevereiro de 1956, foi colocada sob a alçada do Ministro do Ultramar toda a actividade daquela corporação nos territórios ultramarinos. Entretanto, em Agosto de 1956, foi publicada a "Lei da Organização da Nação para a Guerra"<sup>20</sup>, que criou o Conselho Superior Militar. Na base XXI, atribuía ao governo a competência para orientar tudo o que respeitasse à segurança interna e às actividades de carácter informativo que interessassem à defesa nacional, designadamente no que se referia à prevenção de actos de subversão, à repressão da espionagem e dos actos de entendimento com o inimigo, à manutenção da ordem pública, aos refugiados e à guarda dos elementos e serviços vitais da economia nacional.

Verifica-se pois que, quando do despoletar da subversão activa, na baixa do Cassange e em Catete, em Angola, existia já uma estrutura no campo das Informações, ainda que aquém das necessidades. A 2ª repartição do QG da Região Militar de Angola em 1960 era já conhecedora

<sup>17</sup> Ver a este propósito Monteiro (1993, p. 305-309) e Garcia (2003, p. 230).

<sup>18</sup> Sobre este assunto podemos confrontar com o Decreto Lei N.º 37955 de 7 de Setembro de 1950.

<sup>19</sup> Decreto Lei N.º 39749 de 9 de Agosto de 1954. Este Decreto fixava a esta polícia a responsabilidade das relações com as polícias estrangeiras e para a troca recíproca de informações.

<sup>20</sup> Sobre este assunto podemos confrontar com a Lei N.º 2084 de 16 de Agosto de 1956.

das eventuais acções violentas a desencadear no dia 30 de Março de 1961 (Cardoso, 1993, p. 103). Por isso, não podemos dizer que o Poder tivesse sido surpreendido com aquela situação; apenas não respondeu, preventivamente, com uma actuação capaz, evitando os massacres.

Os diversos organismos que trabalhavam as Informações estavam distribuídos pelos serviços específicos dos vários ministérios mas, o seu esforço era descoordenado e em sobreposição, induzindo muitas vezes o Governo Central em erro relativamente a várias situações. No âmbito das Informações estratégicas, por exemplo, além da PIDE, Portugal tinha como estruturas consentidas a 2ª Repartição da SGDN, a Direcção Geral dos Negócios Políticos do Ministério do Negócios Estrangeiros e o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar.

Desde que General Venâncio Deslandes foi nomeado para o cargo de Governador-Geral e Comandante-Chefe de Angola, haviam sido criados os SCCIA (Serviço de Coordenação e Centralização de Informações de Angola)<sup>21</sup> sendo os SCCIM (Moçambique) criados pelo Decreto n.º 43761, de 29 de Junho de 1961. Desta forma, no Ultramar, resolvia-se em parte aquela carência, sendo a coordenação a nível inferior feita através dos contactos directos entre as entidades interessadas ou pelas comissões de contra-subversão. No que diz respeito à colaboração com outros serviços, salienta-se que a PIDE e a PSP colaboraram sempre com os Serviços de Informações Militares (SIM).

A pesquisa táctica era efectuada a nível da companhia de caçadores, que não possuía no entanto qualquer estrutura de Informações a nível orgânico, nem sensibilidade trabalhada para tal. Só a partir do Comando de Zona, a nível militar, apareciam verdadeiras estruturas de Informações. Os Batalhões laboravam com base na pesquisa efectuada pelas unidades operacionais, que realizavam diversos tipos de operações de informação. Normalmente, utilizavam os métodos HUMINT, IMINT, COMINT, exploração de elementos informadores, documentação e equipamento apreendidos, interrogatórios de prisioneiros ou capturados, depoimentos de apresentados, reconhecimentos aéreos e do terreno e escuta de rádio, entre outras, sendo a melhor fonte o contacto com o adversário e o pessoal capturado, que era explorado logo a nível de escalão de Companhia (Pinto, 2005).

A integração das notícias e informações pesquisadas era feita pelos SIM, pela PIDE/DGS e pelos SCCI. A PIDE era utilizada em assuntos específicos com interesse militar e estava organizada provincialmente, distritalmente e com brigadas a nível local. Este serviço, que trabalhava muito bem a nível de pesquisa operacional, já não era tão bom na análise. Além do mais, tinha estreitas ligações com o Poder político, em Lisboa, não aceitando, assim, a

---

<sup>21</sup> Para mais detalhes consultar as obras de Pedro Cardoso (1993, p. 109-127), e da Comissão de Estudos das Campanhas de África (1988, p. 361-362).

coordenação local (Pinto, 2005). Aos SCCI, entre outras atribuições, competia orientar, coordenar e accionar todos os órgãos do Serviço de Informação Civil (SIC), bem como coordenar os SIC e as autoridades civis com o SIM ou o SIC com a PIDE (ASDHM, Dezembro de 1965). A nível da administração civil, actuava a própria malha administrativa.

Estes eram os canais de informação formais. Porém, informalmente, no caso de Moçambique, Jorge Jardim tratava de Informações através dos seus próprios serviços, os Serviços Especiais de Informação e Intervenção, sediados na Beira e chefiados pelo Major Arnaud Pombeiro, e existiam ainda equipas especiais de Informações, que se constituíam em unidades de caça, destacando-se a do Tenente miliciano Orlando Cristina, o qual desempenhou depois papel de relevo junto a Jorge Jardim e, enfim, na Resistência Nacional Moçambicana (Garcia, 2003).

Apesar de toda a estrutura de Informações montada e a funcionar, surgiam algumas falhas nos diversos TO, como na Operação Mar Verde, na Guiné a 21 de Novembro de 1970 e, a nível governamental, nunca chegou a existir uma entidade que exercesse a actividade de centralização e coordenação, de modo a tratar as informações de interesse para a Administração, defesa e política do país. Ainda hoje, os diversos serviços trabalham em competição e sobreposição, pelo que se torna necessário que o actual Secretariado-Geral do sistema exerça essa missão específica.

#### **4.1.4.2. As informações e os estudos sobre as populações.**

Na guerra subversiva que vimos a analisar, porque o alvo visado era a população (aquém e além do artificialismo das fronteiras), o seu conhecimento e respectivo accionamento, quer por parte dos movimentos independentistas, quer por parte da Administração Portuguesa, eram imprescindíveis. Logo também o dos mecanismos informais de comunicação, revestindo-se o sócio-religioso de importância extrema. Para o compreender e accionar, o Poder português carecia, logicamente, de deter o completo conhecimento da sua tessitura, nomeadamente de como funcionavam os canais de comandamento e accionamento para, no mínimo, serem perceptíveis numa carta de situação quais as trajectórias utilizadas por alguma acção comandada a partir do exterior, pois não há manobra subversiva que não use ou vise itinerários humanos.

Nos três TO, além dos tradicionais estudos sobre a missão, o inimigo, terreno, meios e tempo disponível, foram aproveitados estudos já existentes e elaborados novos estudos aprofundados sobre o ponto de vista étnico, linguístico, religioso, sócio-económico, sobre a organização social,

as formas e meios de subsistência e foi feito o levantamento de quem dependia o controlo das populações<sup>22</sup>. Da sua análise retiramos alguns ensinamentos.

Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau são habitados por sociedades africanas típicas, a sua unidade fundamental é a família extensa, que funciona como elemento mítico-espiritual, social e até juridicamente solidário. Aquelas sociedades possuem um carácter intensamente comunitário, desempenhando o indivíduo funções com importância colectiva, sendo o seu interesse sempre subordinado aos interesses gerais. O comunitarismo faz ainda parte da religião, das formas de vida económica e da existência de inúmeras sociedades especiais, no espaço entre a família e a tribo (Cunha, 1961, p. 67).

Em termos linguísticos, hoje como ontem, em África, é necessário identificar as línguas nativas de raiz comum, aquela que é praticada nas FA e na Administração do território, as línguas francas e as línguas dos países vizinhos. Com este estudo associado ao étnico identificam-se os grupos etno-linguísticos e com eles depois se pode avaliar as projecções transfronteiras, devendo ser muito bem identificados os grupos interiores e os transfronteiros, que levantam problemas diferenciados, que têm de ser equacionados e resolvidos.

Do ponto de vista religioso, deve-se ter a noção que as religiões tradicionais privilegiavam o tribalismo, que o islamismo esbate esse mesmo tribalismo e gera tendências polarizadoras, que o cristianismo protestante provoca tendências divisionistas, que as igrejas afro-cristãs e as seitas religiosas geram tendências desagregacionistas ao passo que o cristianismo católico é unificador (Cardoso et. al., 2002, p. 8).

Nesta ordem de ideias, um estudo puramente étnico de qualquer país africano continental não conduz a uma linha de acção estratégica clara, pelo que se torna necessário associar ao factor étnico, o factor linguístico e ainda o religioso. E, assim, devemos analisar cada um dos grupos etno-linguísticos que, de preferência, professem a mesma religião. Nos estudos realizados, as sociedades africanas foram hierarquizadas em família, clã, tribo, subgrupo e grupo étnico ou ainda complexo étnico, diferenciando-se pelos caracteres indicativos de alteridades da organização social da população dos diferentes territórios, o que permitia inserir elementos numa etnia, povo, entre outras e, assim, caracterizá-los. Havia a preocupação pela *etnometria*, procedendo-se por diversos métodos a uma «arrumação» das chefaturas tradicionais, da classificação etno-linguística das populações e dos grupos permeáveis ou aderentes à subversão. As cartas étnicas elaboradas reflectem essa necessidade para posterior tomada de decisões políticas, definições estratégicas e actuação sobre as populações.

---

<sup>22</sup> Sobre este assunto podemos ver os Supintrep sobre Populações e Religiões, os movimentos independentistas e os territórios vizinhos, referenciados na bibliografia deste estudo.

Em ambiente subversivo as comunidades são sujeitas a acções armadas de grupos que procuram controlá-las e, quando esses grupos possuem um projecto diferente quanto ao modo de gerir a sua relação com as populações, é também necessário estudar os seus comportamentos e a capacidade que tem para perturbar a imperiosa estabilidade para as culturas de subsistência (Cardoso, 2002, p. 21). Nestes estudos é necessário identificar os objectivos e organização da subversão, de forma a ser possível evitar que prejudiquem as actividades produtivas, ou pelo menos minimizar esses prejuízos, bem como fazer o levantamento dos seus apoios externos também, como já referimos no terceiro capítulo, para os procurar controlar e se possível neutralizar.

Com base nos inúmeros estudos sobre as populações, foi possível, nos territórios onde se desenvolveram acções de desafio à soberania e ao controlo das populações, adoptar uma medida central, enquadrável numa sociologia de “etnicidade estratégica ou politizada” (Serra, 1996): o avivar de rivalidades étnicas e religiosas (Macuas/Macondes, Fulas/Mandingas) de forma a limitar a capacidade de desencadear acções subversivas e ofensivas contra o Poder, o velho princípio de dividir para reinar.

Para Pedro Cardoso (2002, p. 21), foi necessário proceder ao estudo das populações também em proveito da manobra sócio-económica; só desta forma se podia garantir a estabilidade física necessária para elas se poderem dedicar às suas culturas (durante todo o ciclo de cada um dos produtos base da sua alimentação), garantindo a sobrevivência e a subsistência tradicionais. Foram assim realizados diversos estudos sobre: a localização das lavras e campos de cultura; a calendarização das chuvas e das fases das culturas tradicionais alimentares; os recursos hídrico; as pastagens; as condições de armazenamento do produto das culturas; a conservação das sementes e forragens e, sobre a necessidade de recurso quase inevitável às colectas ou apanhas silvestres (Cardoso, 2000, p. 333).

No apoio ao reordenamento foi estudada a aptidão dos solos, a definição dos chãos, hábitos e direitos vinculados a cada tradição étnica. O plano director do reordenamento devia fazer face ao ciclo das culturas e ao regime das chuvas, procurando respeitar a estabilidade das populações (Cardoso, 2002, p. 27), devendo existir acordo quanto ao período de deslocamento.

Só após estes estudos foi possível efectuar o planeamento das diversas manobras parcelares integrantes da actuação contra-subversiva. Portugal tem todos estes estudos efectuados para todas as suas ex-colónias, países com quem tem programas de cooperação.

#### 4.1.5. A manobra militar

As medidas militares adoptadas ao longo de toda a guerra tinham por base algumas iniciativas desenvolvidas durante os anos cinquenta e que constituiriam o suporte da preparação para o conflito e da estruturação da sua doutrina. Em 1958, intensificou-se o envio de oficiais para frequentarem cursos em Espanha, Bélgica, EUA e França. Entre 1958 e 1959, o Exército enviou para *Maresfield Park Camp* 5 oficiais para frequentarem, no *Intelligence Centre of the British Army*, cursos de Informações, de cuja carga horária constava uma significativa componente sobre guerras subversivas. Em 1959, Costa Gomes envia 6 militares em missão de observação à Argélia, onde, em *Arzew*, frequentam o curso de “Pacificação e Contraguerrilha”.

No início do ano de 1958, a organização militar de Portugal é alterada<sup>23</sup>. Alargam-se os quadros e as forças ultramarinas são dispersas pelos territórios. O envio de forças expedicionárias em comissões de dois anos foi também previsto.

Em Fevereiro de 1959, é nomeada uma missão militar para analisar as condições particulares que envolviam a segurança dos vários territórios da Nação Portuguesa e para estudar a criação de unidades especiais de utilização imediata. Era a preocupação de mudança das políticas de defesa, em curso. O relatório daquela missão alertava para o provável tipo de luta que se previa no então ultramar, propondo tanto quanto possível, a divisão administrativa, civil-militar, por escalões similares, justapostos (AHM, 2-7-148-1, 1959).

O Ministro do Exército, na sua Directiva de 22 de Abril de 1959, referindo-se às condições particulares que envolviam a segurança dos vários territórios da Nação Portuguesa, aconselhava a urgente disponibilidade de unidades terrestres que, pela sua organização, apetrechamento e preparação pudessem ser empregues, sem perda de tempo, na execução das operações de tipo especial, previsíveis, como operações de segurança interna, de contra-subversão e de contra-guerrilha. Também o General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) identificava as suas orientações para a preparação de uma futura guerra subversiva no interior dos territórios ultramarinos. Na sua Directiva de 20 de Janeiro de 1960, dava indicações para se transferir o esforço militar da Europa para África e, em Angola e Moçambique se remodelar o dispositivo (incluindo o da Força Aérea) para fazer frente à ameaça.

Dado o tipo de guerra que se avizinhava, procurou dar-se aos quadros um mínimo de preparação, sendo criado por despacho ministerial de 6 de Novembro de 1959 o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), que tinha a finalidade de preparar tropas na luta contra

---

<sup>23</sup> Sobre este assunto devemos detalhar no Decreto-Lei 41559 de 15 de Março de 1958 e no Decreto-Lei 41577 de 2 de Abril de 1958.

guerrilha, acção psicológica e operações especiais (CECA, 1988, p. 327 e 345), e, neste período, a Academia Militar e o Instituto de Altos Estudos Militares vão editando publicações cada vez mais ajustadas sobre o estudo da guerra subversiva (Arriaga, 1961/62/66/67).

A necessidade de criar forças especiais de intervenção leva o Exército em 1962 a organizar em Angola, na Zemba, os Comandos. Em Fevereiro de 1964, são criados em Moçambique (na Namacha) e, em Julho, na Guiné (em Brá/Bissau). Nos outros ramos das Forças Armadas foram também criadas forças de elite. Na Força Aérea, os Páraquedistas apareceram em 1955, na Armada, os Fuzileiros foram reactivados em 1961. As forças navais e aérea apoiavam a actuação do Exército, que tinha responsabilidades acrescidas na condução da guerra ora em análise.

A partir de 1961, as designações das diferentes unidades não eram o indicativo da tarefa que estas desempenhavam. Quase todas as unidades estavam estruturadas e combatiam como Infantaria Ligeira, mantendo no entanto as suas designações e mesmo as tradições anteriores.

Assim, quando a guerra deflagrou, podemos dizer que já existia no Exército uma doutrina e tática de contra-subversão, ainda que incipiente, mas que veio a ser desenvolvida, sendo publicada uma regulamentação nova muito influenciada pelas doutrinas francesa e inglesa. “O Exército na Guerra Subversiva”, publicado em 1963, e novamente em 1966, era composto por 5 volumes — Generalidades, Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas, Acção Psicológica, Apoio às Autoridades Civas, Administração e Logística.

Nas regiões onde a subversão era violenta, o dispositivo de quadrícula assentava em Sectores aos quais eram atribuídas unidades tipo Batalhão, cujo número era variável de acordo com a área do sector, grau de subversão e efectivos disponíveis. Os sectores, dividiam-se em áreas de acção/subsectores, onde os Batalhões disseminavam as suas unidades tipo Companhia, por vezes reforçada, outras diminuída dos seus efectivos orgânicos. As forças de intervenção estavam sob a dependência directa do CC e actuavam em qualquer ponto do território e em qualquer momento.

À contra-subversão competia impedir o alastrar das actividades subversivas, designadamente efectuar uma actividade de vigilância e controlo nas áreas ainda não sublevadas, eliminando a existente, evitar o isolamento de qualquer parcela do território e garantir a segurança dos centros ou regiões importantes das actividades básicas e dos elementos fundamentais da infra-estrutura económica, cooperando na acção psico-social e no apoio às populações.

Face à experiência adquirida e à evolução subversiva, verificou-se a necessidade de alteração das estruturas de Comando portuguesas, de forma a adaptar o emprego dos meios militares e implementar uma mais estreita colaboração entre os Comandos Militares e as Autoridades Administrativas no mesmo esforço. Assim, em 1969, pelo Decreto-Lei n.º 49107, reorganizaram-se os CC que, até aí, só dispunham de um gabinete e se limitavam a coordenar os três ramos das

FA, obtendo cooperação destes para a realização de operações conjuntas. Com este Decreto-Lei, os CC passaram a ser os responsáveis pelas operações militares, criando-se um QG que contava com uma repartição de Operações e Informações centralizadas.

As forças por vezes não chegavam aos TO com o grau de proficiência desejado. A Instrução de Aproveitamento Operacional (IAO) — que procurava adaptar as tropas ao meio envolvente, tal como ele ocorria em operações — sofria, também por vezes, de diminuição do tempo que lhe era atribuído. Verificou-se, assim, a necessidade de esta instrução ser ministrada, pelo menos em parte, naqueles territórios (CECA, 1988, p. 331-337).

Com o prolongar e alastrar da guerra e a consequente utilização de militares em actividades sócio-económicas, a necessidade de efectivos, logo de recrutamento, aumentou. Uma das medidas adoptadas para minimizar o problema foi a extensão do serviço militar obrigatório de dois para quatro anos, e a outra foi a “localização dos efectivos”.

O Comando terá optado pela “localização” das forças quer por não pretender dar à luta um cariz rático quer pela melhor adaptabilidade do autóctone ao meio quer ainda pela impossibilidade de satisfazer as contínuas solicitações de reforço de efectivos, feitas insistentemente pelos comandos (Caetano, 1974, p. 169).

Esta medida de localização do recrutamento tinha já tradições em Portugal. Lembremo-nos da preferência do seu emprego por Mouzinho de Albuquerque (1899, p. 84), nas campanhas para o controlo do vale do Zambeze e a sua utilização durante a I Guerra Mundial.

Com estas tropas de recrutamento local procurou abolir-se, na realidade da vida diária do serviço, qualquer espécie de diferenciação que pudesse ainda existir entre elas e as europeias, sendo adoptado também em todos escalões pela miscegenação das unidades (CECA, 1989, p. 390). O recrutamento processava-se entre voluntários que emanavam da população de uma zona étnica específica e, após a instrução militar, regressavam ao seu chão de origem, em missões caracteristicamente de contra-guerrilha e de redução do inimigo, tirando o máximo partido da sua adaptação natural ao meio e do profundo conhecimento do terreno e das populações.

Uma outra forma tradicional de fazer face a estas situações é a organização de unidades de segunda linha ou de milícias locais, não integradas na orgânica geral das FA, com funções de guia, auxiliares e grupos de defesa de aldeamentos. Estas tropas irregulares, libertam daquelas tarefas as FA e forçam a um empenhamento das autoridades civis das zonas afectadas.

Em Moçambique, por exemplo, existiam as milícias de intervenção e as milícias de protecção. Com as milícias, pretendia-se conferir às autoridades tradicionais um meio relativamente eficaz de policiar a periferia e o interior dos agregados populacionais a seu cargo. Estas estariam, assim, mais capazes de fornecer dados concretos às autoridades administrativas sobre as

evoluções verificadas naqueles agregados por si controlados. (AHM, 2-7-131-24, 1973). Assim foi também na Guiné a partir de 30 de Setembro de 1968. Criaram-se ainda a Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil, dependente do comandante militar, que apenas ganhou importância em Angola (Cann, 1998, p. 134).

A nível logístico, a manobra montada funcionava com grande flexibilidade e rigor, e é unânime o julgamento que seja qual fosse o território, nunca faltou uma ração, remédio ou peça de fardamento, arma ou munição. Poderia não haver lugar para a exigência e a quantidade, mas o essencial e fundamental nunca faltou (CECA, 1990, p. 198).

A manobra militar portuguesa em África é hoje apontada como um exemplo de sucesso por diversos analistas militares (Cann, 1988 e Sepp, 2005), e é curioso que da análise do novo manual norte-americano sobre contra-subversão (2004), verificamos que os ensinamentos nele contidos já haviam sido desenvolvidos pelos portugueses em África. Porém, este documento faz apenas uma abordagem ao nível operacional e tático, não transmitindo uma visão holística do problema, contribuindo somente para fazer face a algumas tipologias de subversão. Falta-lhe o como enfrentar a subversão global e a definição de uma actuação ao nível psicológico que potencie o encontro de culturas e o diálogo inter-religioso, como o Poder português fez na Guiné e em Moçambique.

#### **4.2. A experiência portuguesa nas operações de paz**

As FA portuguesas, como instrumento privilegiado da política externa do Estado, têm participado em diversas operações de paz. No terreno, algumas destas operações poderão decorrer, ao nível tático<sup>24</sup>, em ambiente subversivo, passíveis de utilização de técnicas de contra-subversão. Por esta razão, é possível estabelecer, àquele nível, paralelismos em relação aos procedimentos táticos utilizados na Guerra Colonial, ou melhor, “pontos de contacto” entre alguns dos procedimentos adoptados pelas duas tipologias de operações, as contra-subversivas e as Operações de Apoio à Paz (OAP).

Mas, para estabelecermos estes paralelismos, devemos ter presente que falamos em ambiente subversivo em OAP quando a intervenção internacional resulta de uma ameaça ou utilização da Força. Neste sentido o novo *status quo* não resulta de uma situação política negociada, mas sim de uma acção imposta ou aceite com reservas pelas facções beligerantes. Nas operações de

---

<sup>24</sup> Sobre esta temática devemos detalhar no interessante artigo de FREIRE, Miguel (2001) - Técnicas e procedimentos operacionais no Kosovo (1). In, Jornal do Exército. Lisboa: Agosto-Setembro, p. 18-23. Este autor efectua uma análise comparativa entre as missões e tarefas realizadas por um Esquadrão no TO do Kosovo, com as missões das unidades de quadrícula preconizadas no manual do Estado-Maior do Exército (1966 b) - O Exército na guerra subversiva II - Operações contra bandos armados e guerrilha. Podemos ainda consultar o artigo de GARCIA et. al., (2003) - Contributos para emprego do Batalhão de Infantaria na luta contra-subversiva actual. In, Revista Militar. Lisboa: Maio, p. 515 – 556.

*peacekeeping* tradicional, não faz sentido falar em procedimentos de natureza contra-subversiva, porque as facções são consideradas como parceiros do processo e tem de haver uma permanente e sustentada confiança e consentimento entre os actores contractuantes, leia-se mediadores, e facções beligerantes (Branco, 2005).

Já nas operações de *peace-building*, poderão verificar-se as duas situações. Por exemplo, no caso da *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ), como houve uma acomodação dos diferentes actores não fará sentido falarmos em contra-subversão; por outro lado, na *United Nations Advance Mission in Cambodia*, depois *Transitional Authority* (UNAMIC e UNTAC), a situação era diferente, tendo em conta a assertividade das diferentes facções, mantendo os *Khmer Vermelhos* de Pol Pot, zonas sobre o seu controlo (Shawcross, 2000).

Apesar da identificação de “pontos de contacto” entre as duas tipologias de operações, os eventuais ensinamentos a retirar da participação nacional em OAP, numa lógica contra-subversiva, terão sempre que ser limitados. A participação portuguesa no planeamento estratégico das respectivas manobras é reduzida, limitando-se apenas ao papel de executante tático, sobretudo na manobra militar, sendo também reduzida ou nula a participação nas outras manobras, a saber: política, sócio-económica, psicológica e de informações.

As semelhanças são surpreendentes nas formas externas de muitas das técnicas envolvidas. Ambas são de doutrina simples e requerem uma combinação e integração eficiente das FA e dos recursos não militares (Espírito Santo, 2000, p. 233), embora nas OAP se requeira uma maior atenção aos aspectos políticos da operação.

Um primeiro ponto de contacto entre as OAP e as operações contra-subversivas é que em ambas as situações a acção militar está subordinada à vontade e decisão política e visa ganhar tempo até que a manobra política encontre uma solução que possibilite o retorno a um clima de estabilidade, possibilitando que, a seu tempo, os problemas, no mínimo, se atenuem. No entanto, a estabilidade em contra-subversão corresponde a uma vitória e, em OAP pode corresponder apenas a um compromisso. Nesta subordinação, se em África procurámos afirmar a nossa soberania, hoje implementamos mandatos estabelecidos pela Comunidade Internacional.

Um outro ponto de contacto é a população. Ao nível militar, a acção portuguesa em África foi desenvolvida no seio das populações. Foi faseada e abrangeu desde o estabelecimento das condições de segurança até à reconstrução da vida em determinadas regiões (Espírito Santo, 2000, p. 233); tal como hoje nas missões da Agenda para a Paz (NU, 1992/1995), se procura apoiar/garantir a manutenção de um ambiente seguro, podendo inclusive evoluir para situações, como no caso das missões do Kosovo, Bósnia e Timor, em que se enverede por acções de apoio ao *State Building*. Impõe-se um apontamento, é que nas OAP, a população pode ser apenas

instrumental, sendo a sua utilização feita numa lógica de gestão do consentimento ao nível tático<sup>25</sup>.

Actualmente, a proximidade e a conquista do consentimento das populações depende muito das operações *Civil Military Cooperation/Affairs* (CIMIC/CMA) e da sua coordenação e conjugação com as manobras militar, psicológica e de informações. As actuações CIMIC/CMA concorrem para a promoção da vida das populações, procurando ir ao encontro das suas necessidades, melhorar as suas condições de vida e transmitir-lhes um clima de paz e de confiança, actuando assim em prol da liberdade de acção, da protecção da força e da actividade operacional; no fundo, apesar dos objectivos serem diferentes, as técnicas e os procedimentos reabilitam o tradicional conceito da psico-social, por nós utilizado em África. Em Timor, por exemplo, os diversos contingentes nacionais deram formação profissional em inúmeras áreas e apoiaram algumas comunidades religiosas. Organizaram as designadas “clínicas de café”, onde em ligação com diversas ONG se efectuava um apuramento e melhoria da qualidade das sementes daquela planta. O apoio à população surgia depois do levantamento de necessidades feitas pelas equipas de CMA, traduzindo-se normalmente em apoio médico-sanitário e de engenharia de construções.

Embora nas OAP as forças militares actuem sob mandato de uma OI, é normal que se verifique a presença de agências e organismos especializados, pertencentes a essa e a outras OI ou ONG's, com campos de aplicação específicos ou complementares, independentes da tarefa da força e com direitos de actuação distintos. Compete aos elementos CIMIC/CMA a promoção da ligação e toda a cooperação com as organizações existentes, potenciando as suas actividades, pois estas podem desempenhar um papel fundamental, por vezes imprescindível, para o cumprimento da missão.

O levantamento da Companhia Geral CIMIC, que integra militares dos três ramos das FA (CEMGFA, 1999), permitirá a Portugal uma intervenção ao nível superior, conferindo outra projecção e outro peso nas OI e Alianças de que faz parte.

O dispositivo adoptado nas OAP é um outro ponto de contacto com as operações contra-subversivas, tendo por base o consagrado binómio quadrícula/forças de intervenção; a primeira com as forças a marcar presença junto das populações, estreitando o contacto, transmitindo-lhes um clima de segurança e de confiança, dissuadindo ainda eventuais actuações subversivas; as segundas para reforço e fazer face a contingências. Com base neste dispositivo, as forças militares, por norma de efectivo Batalhão, realizam operações em colaboração com a Polícia e

---

<sup>25</sup> Sobre este assunto, devemos consultar detalhadamente Dobbie, Charles (1994) – A Concept for Post-Cold War Peacekeeping. In, *Survival*, vol. 36, n.º 3, Autumn 1994, p. 121-148.

com as autoridades civis em apoio das populações, que podem passar por actuações para evitar a subversão ou, caso esta se manifeste, para a reprimir.

No caso específico da participação portuguesa com o terceiro contingente nacional na componente militar (*Peace Keeping Force*) da *United Nations Transitional Administration in East Timor* (Fevereiro de 2001 a Outubro de 2001), o Batalhão nacional (PORBATT), com o seu dispositivo de quadrícula espalhado por 5 distritos administrativos, mantinha uma estreita ligação com a CIVPOL (polícia civil das NU) no reforço da Lei e Ordem, e com *East Timor Transitorial Administration* e a Administração local, para além de manter a segurança na sua área de responsabilidade, nomeadamente pela acção de presença através de um intenso patrulhamento. O Batalhão português era ainda responsável por garantir:

- uma força de reacção rápida a 30 minutos e um Pelotão de reserva do Sector, a 12 horas
- uma Unidade de escalão Companhia como reserva do Force Commander, a 24 horas;
- a segurança dos pontos sensíveis de Dili (local de reabastecimento de água; Heliporto; Aeroporto de Comoro; Hospital Militar; centro de trânsito de retornados).

As forças militares desenvolvem ainda uma intensa actividade de pesquisa de Informações, factor chave para o sucesso das operações, sendo este mais um ponto de contacto entre as operações contra-subversivas e as OAP. Esta actividade pode ser desenvolvida em dois planos distintos; o de apoio à protecção da força ou, de uma forma sistemática e organizada, monitorizando os desenvolvimentos políticos, económicos e sociais da área atribuída, recolhendo a informação relevante e atempada, permitindo uma melhor orientação do esforço das operações (SFOR, 2004).

Em apoio da manobra militar, o contingente nacional pode ter na sua orgânica (Timor) ou no escalão superior (Kosovo), equipas de HUMINT, como os módulos de apoio de Operações Especiais, as *Liaison and Observation Teams* e as *Verification Team*. Também os Observadores das Nações Unidas ou da União Europeia podem contribuir com a sua actuação para o melhor cumprimento da missão das unidades de quadrícula/intervenção. Estas acções de HUMINT desenvolvidas nas OAP têm uma completa aplicação em ambientes contra-subversivos.

A utilização de intérpretes e tradutores nas OAP será mais um elemento de contacto entre as duas tipologias de operações em análise, uma vez que são uma preciosa ajuda no contacto com as populações, minorando dificuldades de entendimento/relacionamento, mas que por outro lado, apresentam limitações ou inconvenientes no seu emprego, requerendo medidas adicionais na área da segurança de forma a evitar a fuga de informações.

## 5. CONCLUSÃO

Os fenómenos da subversão e contra-subversão obedecem a estratégias de actuação globais, que visam sempre o Poder, carecendo assim, para a sua análise, de uma abordagem holística. Nesta ordem de ideias, no início do nosso estudo propusemo-nos responder à seguinte questão genérica de partida: Como se caracteriza o fenómeno subversivo na actualidade e como se posiciona Portugal nesse processo?

Para responder a esta questão levantámos três hipóteses de trabalho que procurámos testar ao longo do presente estudo. A descrição e sequente análise efectuadas no segundo capítulo deste estudo, permitem-nos confirmar o conteúdo da primeira hipótese levantada: a subversão é um fenómeno político intemporal que afecta a soberania dos Estados e cuja substância se mantém, mas que modifica o seu carácter e se adapta a cada caso concreto, assumindo hoje formas qualitativamente novas em consequência de diversos factores que caracterizam o sistema internacional e as sociedades políticas, bem como as suas inter-relações.

Nesta ordem de ideias, a subversão na actualidade, que agrupámos em quatro grandes tipologias, *lumpen*, clânica e similares, popular e, global, manifesta-se devido a fenómenos como: a conurbação, o recrudescimento dos nacionalismos, as mudanças civilizacionais em diversas sociedades ou no confronto entre elas, o crime organizado, o terrorismo transnacional, a forma clássica da luta de libertação e ideológica, ou através da tradicional resistência à ocupação territorial. Estas motivações podem ser alternativas ou cumulativas, encontrando a sua expressão mais violenta nas designadas guerras de quarta geração. Estas guerras são todas irregulares, sem regras, sem princípios, sem frente ou retaguarda, onde os objectivos são fluídos, no entendimento de que a única legitimidade é o exercício, tendo como maiores vítimas as populações.

Partindo do princípio de que qualquer resposta contra-subversiva deve ser contextualizada no espaço e tempo próprios e ser equacionada para fazer face à tipologia subversiva identificada, idealizámos um modelo de análise que tem por base os principais actores do fenómeno subversivo (a população, as forças de subversão, as forças de contra-subversão e a comunidade internacional), todos eles a relacionarem-se e a condicionarem-se de uma forma dinâmica. Sobre os mesmos aplicámos diversos processos e técnicas, cuja combinação, integração e coordenação formam a manobra contra-subversiva, que assenta numa estratégia total, ao nível interno e externo, directa e indirecta, anti-lassidão, carecendo de uma coordenação muito estreita de cinco manobras parcelares: político-diplomática; sócio-económica; psicológica; informações e militar; todas, visando a conquista da adesão das populações.

Da actuação política esperam-se reformulações de carácter dinâmico, a tomada de decisões a nível administrativo, a adopção de medidas de âmbito legislativo, regulamentar, organizativo e de reforço da autoridade do Estado; a nível externo, a acção diplomática deve angariar apoios para a contra-subversão e redução dos da subversão e do seu descrédito. Ao nível sócio-económico, a manobra assentará na promoção das condições de vida e no controlo da população e dos recursos. Da manobra militar espera-se a neutralização e destruição da estrutura subversiva, bem como a preservação e obtenção da adesão da população, criando interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão. Estas manobras parcelares pressupõem ainda uma intensa e integrada actuação psicológica sobre as populações, a subversão e a contra-subversão. Para poderem conduzir acções rendíveis, todas estas acções parcelares pressupõem Informações oportunas, precisas e relevantes e que os diversos órgãos funcionem em sintonia no seu esforço de pesquisa, para saber como, onde e quando se deve actuar.

A manobra contra-subversiva, com o seu ritmo próprio, deve ter em conta o factor tempo e, numa actuação ética, procurar alcançar uma paz sustentada, de preferência com a remoção das causas que estavam na origem do conflito.

Pela análise efectuada neste estudo, podemos afirmar, e confirmando a segunda hipótese formulada, que a estratégia desta resposta, porque total, depende muito da eficácia da organização global do poder instituído, e as iniciativas desencadeadas exigem uma acção de cooperação e de coordenação muito estreita entre as autoridades civis, autoridades militares e as populações, ou seja, as formas de articulação da contra-subversão que visam a conquista da adesão das populações, apesar das alterações qualitativas face a novos processos e técnicas, são as de sempre, desempenhando a presença militar um papel distintivo, pois, mesmo que este tipo de guerra não se ganhe pela sua acção, perde-se pela inacção militar.

As análises históricas das experiências passadas são fundamentais para ajudarem a compreender a natureza e as linhas de continuidade e mudança do fenómeno subversivo ao longo do tempo mas, as novas realidades estratégicas não devem ser esquecidas pelos investigadores e, sendo certo que o futuro reserva novas incertezas, novos desafios e novas lições, devemos operacionalizar lições aprendidas na História que evitem a repetição dos mesmos erros.

O nosso estudo de caso assentou num primeiro tempo, na análise da experiência portuguesa na luta contra-subversiva em África, através de uma actuação global, ao longo de treze anos contra diversos movimentos populares de cariz independentista, que se traduziu naquilo que designámos por “resposta possível”, concertando e promovendo as acções definidas pelo nosso modelo de análise: político-diplomática, sócio-económica, psicológica, informações e militar, todas obviamente simultâneas e interpenetradas, mas a desenvolverem-se em esferas de acção

diferenciadas, procurando o Poder português desequilibrar as populações em favor do seu controlo. Num segundo tempo, onde os ensinamentos adquiridos em África foram lembrados, o nosso estudo incidiu nas intervenções em OAP, ou seja, numa resposta apenas parcelar, mas inserida também ela numa estratégia total, contra as diversas tipologias subversivas.

Em ambas as situações analisadas, as FA alimentam o tempo da manobra política; logo, o seu objectivo prioritário e essencial é o de entretanto garantirem a mobilidade e concretização das outras componentes da complexidade estratégica.

Neste momento, podemos afirmar, e confirmando a terceira hipótese formulada que, face à doutrina construída e consolidada, à experiência adquirida e aos conhecimentos acumulados, Portugal está em condições para contribuir para uma estratégia contra-subversiva na actualidade, nas suas diversas tipologias, particularmente nas situações em que a subversão se manifeste em sociedades pré-modernas, essencialmente rurais e cujas populações sejam maioritariamente islamizadas.

Este contributo pode ser materializado quer em cada uma das manobras parcelares que constituem a resposta contra-subversiva, quer a um nível mais abrangente e transversal a todas as manobras parcelares, especificamente:

- Manobra político-diplomática:
  - Fortalecimento da Autoridade do Estado e das Organizações Internacionais, com a adopção de medidas legislativas adequadas, com um carácter dissuasor e preventivo, de forma a reduzir vulnerabilidades;
  - Colaboração na democratização das sociedades.
- Manobra sócio-económica;
  - Colaboração no desenvolvimento e na promoção da condição de vida das populações;
- Manobra psicológica:
  - Promoção de acções de informação pública, isentas e esclarecidas;
- Manobra de informações:
  - Criação de um eficiente sistema de Informações;
  - Partilha de Informações com os restantes países e OI;
- Manobra militar:
  - Disponibilização de forças (diferenciadas pelas características e capacidades do soldado português) e meios para a adopção de medidas preventivas e de combate,

com acções táticas de destruição das capacidades subversivas e dos seus apoiantes, em qualquer localização geográfica;

- Disponibilização da Companhia CIMIC e de equipas HUMINT;
- De uma forma transversal:
  - Sustentação e divulgação dos conhecimentos e da experiência, nas escolas militares e civis;
  - Investigação e produção de doutrina que permita lidar com as diferentes tipologias subversivas;
  - Promoção de acções de formação cívica;
  - Colaboração na definição e implementação de medidas de gestão das consequências, ou controlo de danos, de forma a minimizar os efeitos de uma actuação concretizada.

O interessante nesta tipologia de conflitos é serem sempre diferentes, cada caso é um caso, isto apesar de poderem haver pontos comuns, reforçando a ilacção que, na globalidade subversiva, se pode tirar: o factor surpresa é permanente, como permanentes são o fluir da História e a diversidade dos cenários e dos homens.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### MONOGRAFIAS:

- ALVES, Lopes (1999) – Estratégia – Panorama geral da sua teoria. Lisboa: Don Quixote.
- ARON, Raymond (1988) - Paix et Guerre entre les Nations. Paris: Calmann-Lévy.
- ARRIAGA, Kaúlza de (1961/62) - Instruções para o emprego das Forças Armadas em apoio da autoridade civil. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- ALBUQUERQUE, Mouzinho de (1899) - Moçambique 1896-1898. Lisboa: Manuel Gomes Editor.
- AUGUSTE, Jean Frédéric (Le Mière de Corvey) (1823) – Des Partisans et des corps irréguliers. Paris.
- BAUER, Alain; RAUFER, Xavier (2003) - A Globalização do terrorismo. Lisboa: Prefácio.
- BEAUFRE, André (1972) - La guerre revolutionnaire. Les formes nouvelles de la guerre. Paris: Fayard.
- BECKETT, Ian (2005) - Insurgency in Iraq: A historical perspective. Carlisle: U.S. Army War College.
- BOUVET, Beatrice e DENAUD, Patrick (2001) - Les guerres qui menacent les mondes. Paris: Editions de Félin.
- BYMAN, Daniel [et. al] (2001) - Trends in outside support for insurgent movements. Santa Monica: Rand Corporation.
- CABRAL, Amílcar (1974) - Guiné-Bissau - Nação Africana Forjada na Luta. Lisboa: Ed. Nova Aurora.
- CAETANO, Marcello (1969) - Pelo futuro de Portugal. Lisboa: Ed. Verbo.
- \_ (1974) - Depoimento. Rio de Janeiro: Distribuidora Record.
- CANN, John (1988) – Contra-Insurreição em África – O modo português de fazer a guerra, 1961-1974. S. Pedro do Estoril: Ed. Atena.
- CARDOSO, Pedro (1993) - As Informações em Portugal. Reedição limitada. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- CHOMSKY, Noam (1997) - Media control. The spectacular achievements of propaganda. New York: Open Media.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (1976) - Da Guerra. Lisboa: Ed. Perspectivas e Realidades.

- COLINS, John (2002) - Military Strategy – principles, practices, and historical perspectives. Washington: Brassey's.
- COOPER, Robert (2004) - The Breaking of nations. Order and chaos in the twenty-first century. New York: Atlantic Monthly Press.
- CREVELD, Martin Van (1998) - La Transformation de la guerre. Paris: Éditions du Rocher.
- CUNHA, Joaquim da Silva (1977) - O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril. Coimbra: Atlântida Editora.
- DEBRAY, Régis (1975) - Revolução na Revolução. Lisboa: Ed. 17 de Outubro Editora.
- \_ (1977) - A Crítica das armas. Lisboa: Seara Nova.
- DELMAS, Claude (1975) - A Guerra Revolucionária. Lisboa: Publicações Europa-América.
- DOUGHERTY James; PFALTZGRAFF, Robert (2003) - Relações Internacionais: As Teorias em confronto. Lisboa: Gradiva.
- ECHEVARRIA II, Antulio (2003) - Globalization and the nature of war. Carlisle: U.S. Army War College.
- GALULA, David (1964) - Counterinsurgency warfare – Theory and practice. New York, Frederick Praeger.
- GARCIA, Francisco (2000) - Guiné 1963 – 1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder português. Universidade Portucalense e Comissão Portuguesa de História Militar. Porto e Lisboa.
- \_ (2003) - Análise global de uma guerra (Moçambique 1964 - 1974). Lisboa: Prefácio Editora.
- GIAP, Vo Nguyen (1972) - Guerra do Povo Exército do Povo. Lisboa: Ulmeiro.
- GRANDMAISON, Augustin (1756) – La petite guerre, ou traité du service des troupes légères em Campagne. Paris.
- HAMMES, Thomas (2004) - The Sling and the stone – on war in the 21st Century. Zenith Press.
- HITLER, Adolf (1987) - A Minha luta. Lisboa: Editora Pensamento.
- HOLSTI, Kalevi (1996) - The State, War, and the State of War. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOFFMAN, Bruce (2004) - Insurgency and conterinsurgency in Iraq. Santa Monica: Rand Corporation.

- IGNATIEFF, Michael (1998) - The Warrior's Honor: ethnic war and the modern conscience. London: Chatto and Windus.
- ISAACMAN, Alenn e Barbara (1983) - Mozambique, from colonialism to revolution (1900-1982). Boulder, Colorado: Westview Press.
- KALDOR, Mary (2001) - New and Old Wars: Organized violence in a global Era. Stanford University Press.
- KITSON, Frank (1971) - Low intensity operations: Subversion, insurgency, peace-keeping. London: Faber.
- LAQUEUR, Walter (1984) - Guerrilla. A historical and critical study. London: Westview Press.
- \_ (1999) - The New Terrorism: Fanaticism and the arms of mass destruction. New York: Oxford University Press.
- \_ (2001) Cyber attacks during the war on terrorism: A Predictive analysis. Hanover: Institute for Security Technology Studies. Darmouth College.
- \_ (2003) - No end to war: terrorism in the twenty-first century. New York: Continuum.
- LAWRENCE, Thomas Edward (2004) - Os sete pilares da sabedoria. Lisboa: Europa América.
- LYAUTEY, Marechal (1933) – Lettres de Tonkin et de Madagascar (1894-1899). Paris: Armand Colin.
- MANWARING, Max (2004) - Shadows of things past and the images of the future: Lessons for the insurgencies in our midst. Carlisle: US Army War College.
- \_ (2005) – Street gangs: the new urban insurgency. Carlisle: US Army War College.
- MAQUIAVEL, Nicolau (1972) - O Príncipe. Lisboa: Edições Europa América.
- MARIGHELLA, Carlos (1969) - Manual do guerrilheiro urbano e outros textos. 2ª ed. Lisboa: Ed. Assírio e Alvim.
- METZ, Steven (2000) - Armed conflict in the 21st century: The Information revolution and post-modern warfare. Carlisle: US Army War College.
- METZ, Steven; MILLEN, Raymond (2004) - Insugency and counter-insurgency in the 21<sup>st</sup> century: Reconceptualizing threat and response. Carlisle: US Army War College.
- MONTEIRO, Amaro (1989 a) - A Guerra em Moçambique e na Guiné: técnicas de accionamento de massas. Porto: Universidade Portucalense.
- \_ (1993) - O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974). Porto: Universidade Portucalense.

- MOREIRA, Adriano (1961) - Concentração de Poderes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- \_ (1996) – Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Almedina.
- MUCHIELLI, Roger (1976) – La Subversion. Paris: CLC.
- NASUTION, Abdul (1965) - Fundamentals of guerrilla warfare. London: Pall Mall Press.
- NOGUEIRA, D. Eurico Dias (1995) - Episódios da minha Missão em África. Braga: Diário do Minho.
- O'NEIL, Bard (1990) - Insurgency and terrorism. Inside modern revolutionary war. Dulles: Brassey's.
- PEARSON, Frederic; ROCHESTER, Martin (1997) - International Relations: The global condition in the twenty-first century. New York: McGraw-Hill.
- PEREIRA, Santos (2005) - Guerras da informação – Militares e media em cenários de crise. Lisboa: Tribuna da História.
- ROPP, Steve (2005) – The strategic implications of the rise of populism in Europe and South America. Carlisle: US Army War College.
- SANTOS, Loureiro dos (2004) - Convulsões - Ano III da guerra ao terrorismo. Lisboa: Europa-América.
- SHAWCROSS, William, (2000) – Deliver us from evil – Peacekeepers, warlords and a world of endless conflict. New York: Simon and Schuster.
- SERRA, Carlos (1996) - Sociologia política da etnicidade - Do paradigma actual ao ensaio de um novo paradigma. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- SINGER, Peter (2004 b) - Corporate Warriors – The rise of the privatized military industry. New York: Cornell University.
- \_ (2005) - Children at War. New York: Pantheon books.
- SPÍNOLA, António de (1970) - O Problema da Guiné. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- SMITH, Paul (1989) - On Political war. Washington: National Defense University.
- SOKOLSKY, Richard, CHARLICK-PALEY, Tanya (1999) - NATO and Caspian security: a mission to far? Santa Monica: RAND Corporation.
- TAYLOR, Philip (1992) - War and the media: Propaganda and persuasion in the Gulf war. Manchester: Manchester University Press.
- TAW, Jennifer; HOFFMAN, Bruce (2005) - The urbanization of insurgency. Santa Monica: Rand Corporation.

- TCHAKHOTINE, Serge (1992) - Le Viol des foules par la propagande politique. Paris: Éditions Gallimard.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi (1994) - Guerra e Anti-Guerra. Lisboa: Livros do Brasil.
- TRINQUIER, Roger (1961) - La Guerre moderne. Paris: La table ronde.
- \_ (1968) - Guerre, subversion, révolution. Paris: Robert Lafont.
- TUNG, Mao Tse (1972) - Seis artigos militares do presidente Mao Tse Tung. Pequim: Edições em língua estrangeira.
- TZU, Sun (1974) - A Arte da Guerra. Lisboa: Ed. Futura.
- VALLE; Alexandre del (2001) - Guerras contra a Europa: Bosnia, Kosovo, Chechenia... Lisboa: Hugin.
- WORBECK, Lettow (s.d.) - As Minhas memórias da África Oriental. Lisboa.
- ZARTMAN, William, RASMUSSEN, Lewis (2001) – Peacemaking in international conflict. Methods & Techniques. Washington: United States Institute of Peace Press.

#### **PARTES OU VOLUMES DE MONOGRAFIAS:**

- ARRIAGA, Kaúlza de (1966/67) – Estratégia - estratégia da guerra subversiva. Vol. IX e X, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- COUTO, Abel Cabral (1989) - Elementos de estratégia - apontamentos para um curso. Pedrouços: Instituto de Alto Estudos Militares. Vol. II.
- CUNHA, Joaquim da Silva (1961) - Questões ultramarinas e internacionais (Direito e Política). Lisboa: Ed. Ática, Vol. I.
- FOLARD, Jean (1730) – Tráité de la colonne et de l'ordre profond. In, Bibliothèque historique et militaire. Paris: Liskenne et Sauvan.

## CONTRIBUIÇÕES EM MONOGRAFIAS:

- ANGOUSTURE, Aline; PASCAL, Valérie (1996) - Diasporas et financement des conflits. In, JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.), Economies des Guerres Civiles. Paris: Hachette, p. 495 -542.
- BADIE; Bertrand (2001) - Le nouvel ordre mondial. In, BOUVET, Beatrice e DENAUD, Patrick, Les guerres qui menacent les mondes. Paris: Editions de Félin.
- CARDOSO, Pedro (2000) - A Manobra psicológica no Teatro de Operações da Guiné de 1968 a 1973. In, Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, p. 343-345.
- ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2000) - A Experiência das campanhas de África no contexto actual – As operações de apoio à paz, In, Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, p. 227-236.
- JEAN, François (1996) - Aide Humanitaire et Economie de Guerre. In, JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.). Economies des guerres civiles. Paris: Hachette, p. 543 – 589.
- KIRAS, James (2002) - Terrorism and irregular warfare. In, BAYLIS, John [et. al.], Strategy in the contemporary world. An introduction to strategic studies. New York: Oxford University Press, p. 208-232.
- LABROUSSE, Alain (1996) - Territoires et Réseaux: L'exemple de la Drogue. In, JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.). Economies des Guerres Civiles. Paris: Hachette, p. 467 – 494.
- MONGIARDIM, Regina (2004) - Considerações sobre o fenómeno do terrorismo. In, Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso. Lisboa: Editora Prefácio, p. 411-428.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo (1963) - A Resposta à guerra subversiva. In, Subversão e contra-subversão. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 47-95.
- PINHEIRO, Joaquim Franco (1963) – Natureza e fundamentos da guerra subversiva. In Subversão e contra-subversão. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, p. 13 - 45.
- RAMONET, Ignacio (2001) - Des nouveaux intérêts stratégiques. In, BOUVET, Beatrice e DENAUD, Patrick - Les guerres qui menacent les mondes. Paris : Editions de Félin, p. 52 – 68.

- ROMANA, Heitor (2004) - O Novo modelo do terrorismo islâmico: desafios à análise em informações estratégicas. In, Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso. Lisboa: Editora Prefácio, p. 257-270.
- SHY, John; COLLIER, Thomas (1986) - Revolutionary war. In, PARET, Peter, Makers of modern strategy. Princeton: Princeton University Press, p. 815-863.
- WILLIAMS, Phil (2000) - Combating transnational organized crime. In, Transnational threats: blending law enforcement and military strategies. Carlisle: U.S. Army War College, p. 185-202.

## **TESES**

- CANONICO, Peter (2004) - An alternative military strategy for the war on terrorism. Montrey: Naval Postgraduate School.
- COELHO, Borges (1993) - Protected villages and communal villages in Mozambican province of Tete (1968-1982) – a History of State resettlement policies, development and war. Bradford: University of Bradford.
- VIANA, Rodrigues (2003) - O Conceito de segurança alargada e o seu impacto nas missões e organização das Forças Armadas. Trabalho Individual de Longa Duração, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

## **ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES EM SÉRIE:**

- ALVES, Lopes (1992) - O fenómeno subversivo e contra-subversivo. Aspectos político-estratégicos nos primórdios de noventa e dois. In, Revista Militar, n.º 3, Março, p. 139-171.
- BERZINS, Chris; PATRICK, Cullen (2003) - Terrorism and neo-medievalism. In, Civil Wars. Vol 6: 2 (Summer), p. 8 -32.
- BESSA, Gomes (1972) - Angola – a luta contra a subversão e a colaboração civil-militar. In, Revista Militar. Lisboa: n.º 8/9, Agosto-Setembro, p. 407-443.
- BRANCO, Martins (2004) - A Gestão de conflitos intra-Estado: a necessidade de novas abordagens. In, Janus. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa e Público, p. 154-155.

- CARDOSO, Pedro (2002) - Estabilidade e reconstrução. In, Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Vol. XIII, p. 17-31.
- CARRIÇO; Manuel (2002) - Os novos desafios político-militares dos conflitos assimétricos. In, Revista Militar n.º 8/9, Agosto/Setembro, p. 607-631.
- DOBBIE, Charles (1994) – A Concept for Post-Cold War Peacekeeping. In, Survival. London: International Institute for Strategic Studies, Vol. 36, n.º 3, Autumn. p. 121-148.
- FREIRE, Miguel (2001) - Técnicas e procedimentos operacionais no Kosovo (1). In, Jornal do Exército. Lisboa: Agosto-Setembro, p. 18-23.
- GARCIA, Proença [et. al] (2003) - Contributos para emprego do Batalhão de Infantaria na luta contra-subversiva actual. In, Revista Militar. Lisboa: Maio, p. 515 – 556.
- GARCIA, Proença (2004) - O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa. In, Africana Studia, n.º 6; Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, p. 65 – 96;
- GELB, Leslie (1994) - Quellin te teacup wars. In, Foreign Affairs, n.º 73, 6, p. 2-6.
- KALYVAS, Stathis (2003) - The Ontology of “political violence”: action and identity in civil wars. In, Perspectives on politics. Washington D.C.: American Political Science Association, Vol. 1, n.º 3, p. 475-494.
- KENNEY; Michael (2003) - From Pablo to Ossama: Counter terrorism lessons from the war on drugs. In, Survival. London: International Institute for Strategic Studies, Vol. 45, n.º 3, Autumn, p. 187-206.
- LAWRENCE, Thomas Edward (1920) - The evolution of a revolt. In, The army quarterly, Vol. 1, n.º. 1, p. 55-69.
- LIND; Bill e WILSON, Gary (1989) - Changing face of war: into the fourth generation. In, Marine Corps Gazette. Quantico, May, p. 22-26.
- LUTTWAK, Edward (1995) - Towards post-heroic warfare. In, Foreign Affairs, Vol. 74, n.º 3, May-June.
- MONTEIRO, Amaro (1989 b) - Moçambique 1964-1974: As Comunidades islâmicas, o Poder e a Guerra. In, Africana. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, n.º 5. Setembro, p. 83-125.
- MOREIRA, Adriano (2001) - Nos 125 anos da Sociedade de Geografia e centenário da morte de Luciano Cordeiro. In Boletim. n.º 28, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

- MUNKLER, Herfried (2003) - The wars of the 21<sup>st</sup> century. In, IRRC. March, Vol. 85, n.º 849, p. 7-22.
- PAULINE, Baker; JOHN, Ausink (1996) - State collapse and ethnic violence: toward a predictive model. In, Parameters. Carlisle: U.S. Army War College, Spring 1996, p. 19-31.
- ROHR, Karl (2004) - Progressive reconstruction: Melding expeditionary maneuver – warfare with nations building and stability operations. In, Marine Corps Gazette. Quantico: April, Vol. 88, n.º 4, p. 48-50.
- SÉMELIN, Jacques (2000) - Rationalités de la violence extrême. In, Critique internationale. Paris: Presses de sciences po, n.º 6, hiver. p. 122-124.
- SEPP, Kalev (2005) – Best Practices in counter-insurgency. In, Military Review. May – June, p. 8-12.
- SINGER, Peter (2004 a) - The war on terrorism: the big picture. In, Parameters. Carlisle: U.S. Army War College, Summer, p. 141-148.
- WINER, Jonathan; ROULE, Trifin (2002) – Fighting terrorism finance. In, Survival. London: International Institute for Strategic Studies, Vol. 44, n.º 3, Autumn, p. 87-104.

#### **SÉRIES MONOGRÁFICAS:**

- BEAUFRE, André (2004) - Introdução à Estratégia. Lisboa: Sílabo.
- CARDOSO, Pedro [et al] (2001) - Atlas da lusofonia – Guiné Bissau. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- COMISSÃO DE ESTUDO DAS CAMPANHAS de ÁFRICA (CECA) (1988) - Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º volume, Enquadramento Geral. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- \_ (1990) - Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- KUNG, T'ai (2003) - Os Seis Ensinaamentos Secretos. Lisboa: Sílabo.
- MACKINLAY, John (2002) - Globalisation and insurgency. Adelphi Paper 352. Oxford: Oxford University Press.

## **ACTAS DE CONGRESSOS:**

- McCORMICK'S, Gordon (2003) – Seminar in Guerrilla warfare. Monterey: Naval Postgraduate School.
- MONTEIRO, Amaro (2002) - Sobre a distinção entre guerrilha e terrorismo, Comunicação apresentada no âmbito do Seminário Terrorismo: o combate nacional e transnacional, realizado no Convento da Arrábida, 4 e 5 de Julho de 2002.

## **LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS**

- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE - Report for Congress - Intelligence and law enforcement countering transnational threats to the U.S. December, 2001.
- Decretos Lei :
  - N.º 37955 de 7 de Setembro de 1950.
  - N.º 39749 de 9 de Agosto de 1954.
  - N.º 40541 de 2 de Fevereiro de 1956.
  - N.º 41559 de 15 de Março de 1958.
  - N.º 41577 de 2 de Abril de 1958.
  - N.º 43351 de 24 de Novembro de 1960.
  - N.º 43761 de 29 de Junho de 1961.
  - N.º 43893. de 6 de Setembro de 1961.
  - N.º 43894, de 6 de Setembro de 1961.
  - N.º 44309, de 27 de Abril de 1962.
  - N.º 49107 de 7 de Julho de 1969.
- Directiva do Ministro do Exército de 22 de Abril de 1959.
- Directiva do CEMGFA de 20 de Janeiro de 1960.
- Directiva n.º 1/73 - Guerra Psicológica em Angola e Moçambique
- Despacho do CEMGFA de 16 de Setembro de 1999.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) (1966 a) - O Exército na guerra subversiva. I Generalidades. Lisboa. Reservado.
- \_ (1966 b) - O Exército na guerra subversiva II – Operações contra bandos armados e guerrilha. Lisboa. Reservado.
- \_ (1966 c) - O Exército na guerra subversiva – III Acção Psicológica. Lisboa. Reservado.

- \_ (1966 d) - O Exército na guerra subversiva – IV Apoio às Autoridades Civas. Lisboa. Reservado.
- HEADQUARTERS DEPARTMENT of the ARMY (2004) – Counterinsurgency Operations. Washington: FMI 3-07.22 (Interim).
- Lei N.º 2084 de 16 de Agosto de 1956.
- NORTH ATLANTIC TREATHY ORGANIZATION (2002) - NATO Military Decision on MC 472 (2002) - Military concept for defense against Terrorism. 8 October.
- STABILIZATION FORCE (SFOR, 2004) - O conceito LoT (Liaison and Observation Team). 3ª Batalhão de Infantaria Páraquedista.
- NAÇÕES UNIDAS (2004) - A more secure world: our shared responsibility - Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change.
- \_ (2005) – In larger freedom: Towards development, security and human rigts for all. Report Secretary General calls for preventing catastrophic terrorism. 21 March.

**ARQUIVO DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA MILITAR – Lisboa (ASDHM)**

- Região Militar de Moçambique, Comando-Chefe de Moçambique (1962) - Circular N.º 415/72/B-2911, de 20 de Setembro.
- \_ (1964) – Relatório de acção psico-social, N.º 5, Nampula, 14 de Novembro (Período de 1 de Julho a 31 de Outubro de 1964), Reservado.
- \_ (1965) – Relatório de acção psico-social, N.º 7, Nampula, 20 de Setembro (Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1965), Reservado.
- \_ (1965) – Norma de Execução Permanente do Serviço de Informações Militar, de 8 de Novembro, Confidencial, Anexo A, “Normas Gerais para a Actividade da Informação na Província de Moçambique”.
- \_ (1966) – Relatório de acção psico-social, N.º 8, Nampula, 20 de Outubro (Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1965), Reservado.
- \_ (1970) – Relatório de acção psicológica N.º 4/69. Nampula 27 de Janeiro, Confidencial.
- \_ (1971) – Directiva particular para a defesa psicológica de Tete. Nampula, 21 de Maio, Secreto.

## **ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – Lisboa (AHM)**

- 2-7-148-1 (1959) – Estado-Maior do Exército - Relatório da Missão Militar a Moçambique.
- 2-7-138-1 (1964) – Quartel General da Região Militar de Moçambique - Relatório anual de comando da RMM, Secreto.
- 2-7-138-2 (1965) – Quartel General da Região Militar de Moçambique - Relatório anual de comando da RMM, Secreto.
- 2-7-131-24 (1973) – Região Militar de Moçambique - Reunião do Conselho de Defesa, 18 de Outubro.

## **ARQUIVO DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS – Lisboa (ADIEMGFA)**

- FREITAS, Romeu Ivens Ferraz de - Conquista da adesão das populações. Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, Lourenço Marques, 1965, Reservado.
- Quartel – General da Região Militar de Moçambique (1967) – Supintrep N.º 22 - Populações de Moçambique. Janeiro, Confidencial.
- \_ (1967) – Supintrep N.º 23 - Panorama religioso de Moçambique, Janeiro, Confidencial.
- \_ (1968) – Supintrep N.º 21 - Resumo da evolução da situação nos países vizinhos e partidos emancipalistas e das actividades do Inimigo, Fevereiro, Confidencial.
- Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (1968) – Directiva N.º. 43, de 30 de Setembro, Secreto.
- \_ (1969) – Directiva N.º. 65/69, de 13 de Agosto, Secreto.
- \_ (1971) – Supintrep N.º 10 - Populações da Guiné, Junho, Reservado.
- \_ (1971) – Supintrep N.º 11 - Religiões da Guiné, Junho, Reservado.
- Secretariado-Geral da Defesa Nacional (1970) – Operações Alcora, Muito Secreto.
- SPÍNOLA, António de (1969) - Exposição ao Conselho de Ministros. Maio.

## SÍTIOS NA INTERNET

- LADEN, Bin (2003) – Discursos [Em linha]. [Consultado em 12 Mar. 2005]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.state.gov./s/ct/rls/pgtrpt/2003/31711.htm>>.
- NAÇÕES UNIDAS (1992) – An Agenda for Peace - Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping [Em linha]. [Consultado em 12 Set. 2005]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>> .
- \_ (1995) – Supplement to an Agenda for Peace: position paper of the secretary-general on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations [Em linha]. [Consultado em 12 Set. 2005]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>> .
- DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE (2005) – Letter from al-Zawahiri to al-Zarqawi, [Em linha]. Consultado em 12 Out. 2005. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dni.gov/releases.html>> .

## DEPOIMENTOS:

- **Abel Cabral Couto** – Oeiras, 28 de Março de 2005. Era Tenente-General na situação de reforma quando foi entrevistado.
- **Carlos Manuel Martins Branco** – Caxias, 2 de Outubro de 2005. Foi Chefe de equipa dos Observadores Militares das Nações Unidas na Bósnia e na Croácia. Exerceu as funções de *Peacekeeping Affairs Officer* no DPKO, em Nova Iorque, sendo responsável pelas missões da ONU no Médio Oriente. Era Coronel do Exército quando foi entrevistado.
- **Joaquim Moreira da Silva Cunha** – Lisboa, 12 de Maio de 2005. Foi Ministro do Ultramar (1963-1973) e da Defesa Nacional (7/11/73 a 25/4/74). Era Professor Catedrático de Direito Internacional Público e Director dos cursos de Mestrado e Doutoramento na Universidade Portucalense quando foi entrevistado,
- **José Alberto Loureiro dos Santos** – Carnaxide - 3 de Maio de 2005. Era General na situação de reforma quando foi entrevistado.
- **José Lopes Alves** – Lisboa, 18 de Setembro de 2005 – Era Tenente-General na situação de reforma quando foi entrevistado.
- **José Luís Pinto Ramalho** – Lisboa, 17 de Março de 2005 – Era Tenente-General, Director do IAEM quando foi entrevistado.
- **Renato Fernando Marques Pinto** – Lisboa, 6 de Setembro de 2005. Era Major-General do exército na situação de reforma quando foi entrevistado.